

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SEBASTIÃO SARAIVA NETO

**CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

IFFar – Polo Campus Jaguari

**CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E
MEMÓRIAS DO CAMPUS SÃO VICENTE DO
SUL**

SEBASTIÃO SARAIVA NETO

Proposta de Projeto de Pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Memórias Educativas em Educação Profissional e Tecnológica/Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catiane Mazocco Paniz.

Co-orientadora: Prof.^a Dra. Maria Rosangela Silveira Ramos.

Jaguari/RS

2024

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

SEBASTIÃO SARAIVA NETO

**CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 15 de dezembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Catiane Mazzoco Paniz

Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul

Orientadora



Prof.^a Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos

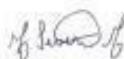
Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul

Co-Orientadora



Prof. Dr. Adão Caron Cambraia

Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto



Prof.^a Dra. Mariglei Severo Maraschin

CTISM - Universidade Federal de Santa Maria

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S243c Saraiva Neto, Sebastião
Contribuições, historicidade e memórias do campus
São Vicente do Sul / Sebastião Saraiva Neto. - Jaguari, 2024.
101 f. : il.

Orientadora: Catiane Mazocco Paniz
Co-orientadora: Maria Rosangela Silveira Ramos
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2023.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Farroupilha (Campus São Vicente do Sul) - História. 2. Memória
3. Desenvolvimento social. I. Paniz, Catiane Mazocco, orient.
II. Ramos, Maria Rosangela Silveira, coorient. III. Título.

CDU: 94

Elaborada por:
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

AGRADECIMENTOS

Ao IFFar – Polo Campus Jaguarí, instituição da qual integro o corpo técnico, e que me proporcionou a oportunidade de participar deste curso de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

À toda a equipe de apoio e aos colegas de classe, que se mobilizaram na organização e concretização deste curso.

À minha Orientadora, Professora Doutora Catiane Mazocco Paniz e a Co-orientadora Professora Doutora Maria Rosângela Silveira Ramos, que foram incansáveis em suas orientações, com palavras de incentivo e amizade demonstradas durante todo o período do mestrado. Também pelas dicas, conselhos sobre livros e diretrizes metodológicas e pelas impecáveis correções.

À minha querida professora Lady de Chirsto Hundertmarck que lá na minha juventude, sempre me incentivou a ter força de vontade para superar os obstáculos da vida.

À minha querida esposa, Gerleide Lucena Saraiva, pelo incentivo, dedicação, parceria e paciência em várias ocasiões que entendeu e apoiou os momentos de total dedicação ao projeto, e que sem sua presença, nada disso teria se tornado realidade.

Aos meus filhos Nathália Esmério Saraiva e Pery Esmério Saraiva, que sempre me incentivaram a prosseguir, e apoiaram esta jornada.

A todos que direta e indiretamente me deram suporte para que chegasse até aqui, concluindo mais uma etapa da minha vida, em meses de dedicação ao projeto de pesquisa, iniciado em 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, com aulas remotas.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dedico este mestrado aos meus pais, Omir Saraiva e Amélia Duarte Saraiva, *in Memoriam*, que me ensinaram como se reerguer diante das adversidades da vida.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

“Os livros não são feitos para que alguém acredite neles, mas para serem submetidos à investigação. Quando consideramos um livro, não devemos perguntar o que diz, mas o que significa”.

Umberto Eco

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

RESUMO

O presente trabalho está inserido na Linha de pesquisa Organização e Memórias de espaços pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. O campus São Vicente do Sul acolhe em seus diversos cursos, estudantes e toda região e do país, e muitos deles não conhecem a trajetória da instituição ao longo de sua existência, a pesquisa parte do princípio de que podemos melhorar aquilo que já existe em termos de informação da instituição, partindo do pressuposto de agregar informações a respeito do campus de forma clara e objetiva, através de um produto educacional, a ser criado, utilizando recursos disponibilizados na página do campus. Nesse sentido, encaminha-se como o objetivo central do projeto analisar a trajetória do Campus IFFar – SVS, suas diferentes fases e transformações, como também suas contribuições para a comunidade local. Assim, a proposta de dar visibilidade à identidade e à história do Campus São Vicente do Sul, seja ela individual ou coletiva, sendo necessário preservar fatos marcantes da instituição, essencialmente voltada à formação profissional, ao desenvolvimento social, econômico local e regional. O estudo tem por finalidade o caráter exploratório, pois o intuito foi criar familiaridade com a historicidade e memórias do Campus São Vicente do Sul. O processo de extração de dados foi realizado a partir de questionários semi-estruturados com os servidores da instituição, estudantes da instituição e membros da comunidade a partir do *Google* Formulários, além de análise documental em arquivos da instituição. Nesse sentido, a presente pesquisa de cunho qualitativo, buscou ouvir os diferentes atores que passaram pelo campus, para que relatem suas experiências enquanto estiveram na instituição ou tiveram alguma outra forma de contato através de projetos de extensão ou cursos oferecidos. A análise dos dados foi realizada à luz da Análise Textual Discursiva (ATD). Quanto aos resultados do estudo, trazendo a trajetória histórica de uma instituição, tendo como norte a ATD, as respostas categorizadas dos três grupos de entrevistados, Estudantes, Servidores e Comunidade, foram em um primeiro momento desmembradas, proporcionando um entendimento para a extração da essência das opiniões mencionadas nas respostas. Assim, as respostas de intercessão, apontam em comum, que o Campus São Vicente do Sul, desde a sua fundação até os dias de hoje, foi um referencial em suas vidas, a partir de seu ingresso na instituição, e que também, os cursos oferecidos vão de encontro ao que eles procuravam em termos de formação intelectual e cidadã. Aliado a isso os participantes do questionário, em comum nos três grupos, mencionaram que o Campus São Vicente do Sul, trouxe para o município uma movimentação maior de pessoas, novos estabelecimentos comerciais e inclusive um aumento da planta urbana da cidade, que até bem pouco tempo atrás, tinha como atividades econômicas a pecuária e a agricultura. Assim, em um apanhado conclusivo, deve-se ressaltar, a contribuição do IFFar-SVS, ao longo dos quase 65 anos, em apreciar o pluralismo de ideias e concepções, sobre trabalhar através de projetos curriculares e pedagógicos, oportunidades que envolve questões políticas, sociais e econômicas, trazendo formação e capacitação no material humano para serem atores do desenvolvimento socioeconômico da Cidade.

Palavras-Chave: Memória Institucional. Percurso histórico. Educação Profissional. Desenvolvimento Local.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ABSTRACT

This work is part of the Organization and Memories of pedagogical spaces in Professional and Technological Education research line of the Master's in Professional and Technological Education – ProfEPT. The São Vicente do Sul campus welcomes students from across the region and the country in its various courses, and many of them do not know the trajectory of the institution throughout its existence. The research is based on the principle that we can improve what already exists in terms of the institution's information, based on the assumption of aggregating information about the campus in a clear and objective way, through an educational product, to be created, using resources available on the campus page. In this sense, the central objective of the project is to analyze the trajectory of the IFFar Campus – SVS, its different phases and transformations, as well as its contributions to the local community. Thus, the proposal to give visibility to the identity and history of the São Vicente do Sul Campus, whether individual or collective, is necessary to preserve the institution's notable facts, essentially focused on professional training, social, local and regional economic development. The purpose of the study is exploratory in nature, as the aim was to create familiarity with the historicity and memories of the São Vicente do Sul Campus. The data extraction process was carried out using semi-structured questionnaires with the institution's employees, students from institution and community members using Google Forms, in addition to document analysis in the institution's files. In this sense, this qualitative research sought to listen to the different actors who passed through the campus, so that they could report their experiences while they were at the institution or had some other form of contact through extension projects or courses offered. Data analysis was carried out using Discursive Textual Analysis (DTA). As for the results of the study, bringing the historical trajectory of an institution, with ATD as its guide, the categorized responses of the three groups of interviewees, Students, Employees and Community, were initially dismembered, providing an understanding for extracting the essence of the opinions mentioned in the answers. Thus, the intercessory responses point out in common that the São Vicente do Sul Campus, from its foundation to the present day, was a reference in their lives, from the moment they entered the institution, and that also, the courses offered meet what they were looking for in terms of intellectual and civic training. In addition to this, the questionnaire participants, in common across the three groups, mentioned that the São Vicente do Sul Campus brought to the municipality a greater movement of people, new commercial establishments and even an increase in the urban plan of the city, which until recently Some time ago, its economic activities were livestock farming and agriculture. Thus, in a conclusive overview, it must be highlighted the contribution of IFFar-SVS, over almost 65 years, in appreciating the pluralism of ideas and conceptions, in working through curricular and pedagogical projects, opportunities that involve political issues, social and economic, bringing training and training in human material to be actors in the socio-economic development of the City.

Keywords: Institutional Memory. Historical route. Professional education. LocalDevelopment.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices.	51
Figura 2 - Lançamento da pedra fundamental da então futura Escola de Iniciação agrícola. ...	52
Figura 3 - Documento do Ministro da Agricultura confirmando a instalação da Escola de Iniciação Agrícola.....	53
Figura 4 - Documento do Deputado Fernando Ferrari.....	53
Figura 5 - Primeiro prédio administrativo da Escola de Iniciação Agrícola.....	54
Figura 6 - Pórtico de entrada da Escola Agrícola General Vargas.	54
Figura 7 - Ampliação do prédio administrativo da Escola Agrícola em 1970.	55
Figura 8 - Coordenação de Ensino Agrícola (Coagri) em 1985.....	56
Figura 9 - Prédio do Refeitório da Escola Agrícola EAF -SVS.	56
Figura 10 - Moradia Estudantil CEFET-SV.	57
Figura 11 - Prédio da Biblioteca CEFET – SVS.....	58
Figura 12 - Prédio CEFET – SVS no final da década dos nos 90.	58
Figura 13 - Prédio Campus IFFar – SVS atualmente	59
Figura 14 - Vista aérea do Campus SVS – IFFAR atualmente	59
Figura 15 - Prédio da Reitoria do IFFar atualmente	60

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEFET-SVS - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul

EFA - Escola Federal Agrotécnica

EP - Educação Profissional

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETF - Escola Técnica Federal

EVs - Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais

IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFFar-SVS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PROFEPT - Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT - Rede Federal de Educação de Educação Profissional Científica e Tecnológica

SVS - São Vicente do Sul

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa/relevância	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 A Educação Profissional em um contexto histórico	20
2.2 Aspectos gerais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET'S).....	29
2.3 Processo histórico de formação do IFFar-Campus SVS	31
2.4 Educação Profissional e Tecnológica: perspectivas e experiências.....	36
2.5 Trabalho docente nos Institutos Federais.....	40
2.6 Currículo integrado nos Institutos Federais	44
2.7 O IFFAR-SVS no desenvolvimento regional	48
2.8 IFFAR-SVS: de Escola de Iniciação Agrícola a Campus do Instituto Federal	51
3 METODOLOGIA.....	62
3.1 A pesquisa.....	63
3.2 Processo de consulta de dados.....	65
3.2.1 Questionário online	66
3.2.2 Fontes documentais	67
3.3 Sujeitos da pesquisa	67
3.4 Análise dos dados.....	68
4 RESULTADOS	72
5 PRODUTO EDUCACIONAL	81
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
7 REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	91
APÊNDICE B – CRONOGRAMA.....	93
APÊNDICE C – ORÇAMENTO.....	95
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.	96

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ	99
ANEXO C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	100
ANEXO D – CARTA DE APRESENTAÇÃO AO LOCAL DA PESQUISA.	101
ANEXO E – CARTA DE ANUÊNCIA.	103

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

1 INTRODUÇÃO

O Campus São Vicente do Sul, em sua trajetória de constituição formativa e educacional, viveu inúmeras etapas, as quais foram demarcadas com significativas transformações estruturais e legais. Essas mudanças, desde a sua origem, sempre estiveram ligadas à qualidade do ensino ofertado e ao empenho de toda a comunidade escolar, tornando-se, assim, uma instituição referência para a região.

Relembrar e reviver o passado é buscar resgatar as memórias, a história, os fatos marcantes e relevantes, de maneira que, trazer para o presente, tem uma importância muito maior, para se ter um futuro com melhores condições de vida. Porém, é necessário que se faça todo um reconhecimento e compreensão dos fatos do passado, para entendimento de toda a trajetória, das memórias e da organização institucional, valorizando e conhecendo as etapas, desde a criação aos dias atuais. Além disso, cabe destacar que a presença de uma instituição de ensino contribui para o desenvolvimento cultural, social, histórico e econômico da cidade e região.

Nesse sentido, é preciso escutar, dialogar, buscar dados com as pessoas partícipes dessa história, com a comunidade do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul (IFFar-SVS) e demais sujeitos, pois a história institucional está ligada à vida, às relações e aos trajetos formativos dos sujeitos, das pessoas que passaram pela instituição. Destaca-se a importância de dialogar tanto com os servidores que trabalharam no IFFar-SVS, quanto aos que continuam trabalhando, como eles têm dado a sua contribuição para construir essa história que se busca preservar.

Assim, essa proposta de trabalho surgiu a partir de uma reflexão ao ingressar no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), e está vinculada a linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

As reflexões iniciais para pensar este estudo vêm ao encontro com a minha formação acadêmica, na área de Ciências Humanas, graduação em Estudos Sociais. Refletir sobre contextos históricos, sociais e econômicos são temáticas alinhadas com meus estudos.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Além disso, sou servidor Técnico Administrativo do Campus São Vicente do Sul desde 2010, faço parte dessa história, das memórias e na contribuição do fortalecimento do IFFar-SVS com a comunidade local e regional. Portanto, a temática em estudo está dentro da minha realidade desconhecimento, com a finalidade de resgatar as inúmeras transformações que a instituição tem sido protagonista.

Nas atividades exercidas como serviço, desde o meu ingresso no IFFar-SVS, desenvolvo funções administrativas, na coordenação de infraestrutura do campus. É um trabalho que possui envolvimento direto com os docentes e estudantes, pois fornece suporte necessário para a viabilização dos projetos educacionais.

Nesse sentido, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: como o Instituto Federal Farroupilha - Campus SVS, na sua constituição histórica, tem contribuído para o desenvolvimento social e econômico local e regional?

Salienta-se que a presença dos Institutos Federais no cenário educacional brasileiro data de 2008, ofertando a formação profissional para milhares de estudantes, deixando marcas em suas vidas e nos locais de abrangência. Por conseguinte, estudar a história dessas instituições e as suas contribuições para os contextos em que estão inseridas, propicia o entendimento e a relevância da sua função social e do seu papel como propulsoras do desenvolvimento.

As instituições Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, grande parte, das escolas de aprendizes artífices instituídas por um decreto presidencial de 1909, assinado por Nilo Peçanha.

De acordo com Silva (2009), na lei de criação dos Institutos Federais (Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008) ficou definido que o foco destas instituições seria a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e de geração de novas tecnologias e estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais e regionais.

A implantação dos Institutos Federais relaciona-se diretamente em um conjunto de políticas que foram traçadas para a Educação Profissional e Tecnológica, visando uma maior oferta de cursos técnicos em especial ao formato do ensino médio integrado (CIAVATTA, 2008) e também na modalidade Educação a Distância (EaD), na qual tem sido ferramenta para

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

desenvolver o ensino, alcançando um número significativo de estudantes em diferentes lugares do mundo, beneficiando uma parcela da população que, na modalidade presencial, jamais conseguiria continuar seus estudos devido a obrigatoriedade da presença diária na sala de aula (ALVES; NOVA, 2010).

Portanto, segundo Pacheco (2010), a criação dos Institutos Federais contribuiu para o progresso socioeconômico local e regional, afirmando-se a Educação Profissional e Tecnológica como política pública e com compromisso social. Partindo desse ponto, a questão apresentada, busca reconhecer como o IFFar-SVS vem contribuindo para o desenvolvimento social e econômico local e regional, vem ao encontro a uma lacuna existente no site da instituição, para que se visualize de forma dinâmica, várias informações de interesse da comunidade acadêmica. Destaca-se que a concepção de memória institucional se liga às várias áreas do conhecimento, partindo do pressuposto de que o tema memória institucional é um conceito em construção, devendo permanecer aberto, em constante dinâmica do conhecimento.

Dessa forma, este trabalho traz a pesquisa e a valorização dos fatos vivenciados pelo Campus São Vicente do Sul ao longo dos anos de sua existência, implementando ações no sentido de oferecer à comunidade acadêmica acesso a informações sobre sua trajetória em uma apresentação moderna e de fácil entendimento. Essa proposta acompanha a evolução das sociedades humanas que, segundo Minayo (2002, p.19), “vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído”.

Ressalta-se que a vida das pessoas é marcada por acontecimentos, que vai construindo suas identidades, a primeira escola, a formatura, o primeiro trabalho. Assim, também as instituições que, de certa forma possuem vida, uma vez que são compostas por pessoas de diferentes origens e isso contribui para que as instituições possam ir organizando sua trajetória histórica e construindo ações para o futuro. Os reflexos desse processo fazem com que se tenha uma reorganização constante, para que possam em cenários mutantes e complexos, que as organizações procuram arregimentar forças para cumprir sua missão, visão e cultivar valores.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral: Analisar a trajetória do Campus IFFar – SVS, suas diferentes fases e transformações e suas contribuições para a comunidade local e regional.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Como objetivos específicos: Descrever o percurso histórico de constituição do campus, com as diversas fases da instituição, abordando as informações mais relevantes e que contribuíram para o crescimento do Campus São Vicente do Sul; Analisar, no percurso histórico do IFFar-SVS, as contribuições para a comunidade local; Compreender as contribuições do IFFar-SVS para desenvolvimento social e econômico, local e regional; e Produzir um produto educacional com informações relativas à trajetória da instituição.

1.1 Justificativa/Relevância

A presença dos Institutos Federais (IF), no cenário educacional brasileiro, data a contar de 2008, ofertando a formação profissional para milhares de estudantes, deixando marcas em suas vidas e nos locais de abrangência. Por conseguinte, estudar a história dessas instituições e as suas contribuições para os contextos em que estão inseridas, propicia o entendimento e a relevância da sua função social e do seu papel como propulsoras do desenvolvimento.

O Campus São Vicente do Sul tem sua origem na Escola de Iniciação Agrícola, criada em 17 de novembro de 1954, através de Termo de Acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas, publicado no Diário Oficial de 30 de novembro de 1954 (FEITOZA, 2014). Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.178, foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, sob a denominação de Colégio Agrícola.

Em 13 de novembro de 2002, através do Decreto Presidencial foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul – CEFET/SVS (BRASIL, 2002).

No ano de 2008, houve a política de criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, com o crescimento do processo educacional para um ensino integrado, com o objetivo de viabilizar o papel da educação real da Educação Profissional e Tecnológica no âmbito social. Segundo Pacheco et al (2010, p.15), a Rede dos Institutos Federais, apresenta em seus princípios, o desafio de:

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana [...]. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e uma participação qualitativamente superior nele.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os Institutos Federais tiveram papel essencial na concepção das políticas públicas para a Educação Profissional, buscando a integralidade, com o compromisso na promoção da igualdade na diversidade social, econômica e cultural. Para Pacheco (2011) a Educação Profissional e tecnológica foi considerada fundamental no desenvolvimento e progresso socioeconômico do país.

Nesse histórico, o Campus São Vicente do Sul passou a fazer parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar, que é formado pela Reitoria, com sede em Santa Maria, e onze *campi*, centros de referência e pólos de educação a distância.

Nos últimos anos, pelos novos métodos de ingresso na Rede Federal, muitos alunos de outros estados da Federação escolheram o Campus São Vicente do Sul para fazer sua formação profissional. Este movimento vem provando a importância da interiorização do ensino para o desenvolvimento regional, fazendo que o processo de verticalização do ensino técnico e profissional, seja uma realidade no referido Campus, oferecendo uma Educação Profissional pública, gratuita e de qualidade para os jovens da região e também trabalhadores que objetivam qualificação profissional, através do ensino, pesquisa e extensão, dentro de uma formação integral e cidadã, aliando sempre a ética, a responsabilidade social e ambiental.

O Campus São Vicente do Sul tornou-se uma instituição de ensino superior, tecnológica e básica, que se destaca na Educação Profissional e Tecnológica, com a oferta de cursos técnicos integrados a estudantes que já concluíram o Ensino fundamental, em uma região de economia predominantemente agropastoril e estabelecendo uma ligação muito próxima com a comunidade e a região.

Desse modo, o presente estudo tem por meta pesquisar diversas informações sobre a instituição, sua influência em pessoas da comunidade local e regional, ou seja, a transformação devidas, realizações de sonhos por meio da educação pública gratuita e de qualidade. Existem muitos documentos em forma física que se pode ter acesso, porém, nota-se uma carência de consulta ou até mesmo uma visualização em meios digitais, que são mais rápidos e objetivos.

Partindo desse ponto, a questão problemática apresentada, buscar reconhecer como o IFFar-SVS contribui, com o Ensino Técnico, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Destaca-se que a concepção de memória institucional se liga às várias áreas do conhecimento, partindo do pressuposto de que o tema memória institucional é um conceito em construção e deve permanecer aberto para que possa transformar diante da dinâmica do conhecimento.

O trabalho em questão propõe a pesquisa e a valorização dos fatos vivenciados pelo Campus São Vicente do Sul ao longo dos anos de sua existência, implementando ações no sentido de oferecer à comunidade acadêmica acesso a informações sobre sua trajetória em uma apresentação moderna e de fácil entendimento. Essa proposta acompanha a evolução das sociedades humanas.

Segundo Minayo (2002, p.19), “Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído”.

A vida das pessoas é marcada por acontecimentos, que constrói suas identidades, a primeira escola, a formatura, o primeiro trabalho. Assim também as instituições que, de certa forma possuem vida, uma vez que são compostas por pessoas de diferentes origens e isso contribui para que as instituições possam ir organizando sua trajetória histórica e construindo ações para o futuro. Os reflexos desse processo fazem com que se tenha uma reorganização constante, para que possam em cenários mutantes e complexos, que as organizações procuram arregimentar forças para cumprir sua missão, visão e cultivar valores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação Profissional em um contexto histórico

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) passou, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), pela maior expansão da sua história desde a sua criação em 1909 quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices por Nilo Peçanha, então, Presidente da República. Durante, praticamente um século, entre 1909 e 2002, foram construídas apenas 140 escolas técnicas em todo o Brasil.

Já nos 14 últimos anos, entre 2003 e 2017, foram concluídas 500 unidades referentes ao Plano de Expansão da Educação Profissional, totalizando, 644 campi em funcionamento em março de 2016, conforme informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação. Ou seja, em apenas 13 anos, os Governos Lula e Dilma construíram 360% a mais de escolas técnicas em relação às 140 construídas durante um século no Brasil. Esses dados e cenários chamam atenção por alguns motivos, dentre os quais, pelo impacto que essa expansão presumidamente acarreta à sociedade ao ampliar o acesso à Educação Profissional do Ensino Médio, gerando formação, trabalho, renda e ampliando o capital cultural (MORITZ; NOGUEIRA, 2018).

A Educação Profissional no Brasil foi instituída em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909, que instituiu nas capitais dos Estados da República, as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Foram criadas 19 Escolas de Aprendizes em todo o país, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, com vistas a profissionalizar os economicamente desfavorecidos.

O Decreto n. 7.566/1909 orientava no artigo 2º, que as especialidades das indústrias locais fossem consultadas e que as oficinas de trabalhos manuais ou mecânicas deveriam ser definidas mediante as conveniências e necessidades de mão de obra os requisitos para receber os educandos e que eles tivessem idade compreendida entre 10 e 13 anos, não ser/estar acometido de doenças infectocontagiosas nem possuir deficiências¹ que o impossibilitassem para o aprendizado do ofício.

¹ No texto original consta a palavra “defeito”, a troca foi realizada pelo autor dessa pesquisa.

A comprovação dos requisitos teria que ser atestada por autoridade competente e a comprovação de ser destituído de recursos financeiros dar-se-ia através de atestados fornecidos por pessoas idôneas ou a juízo do diretor da escola, quando conhecesse pessoalmente as condições dos candidatos. Cada aluno poderia aprender um ofício, mediante consulta às suas aptidões e inclinações (RAMOS, 2014).

Prevvia-se que as escolas seriam fundadas e custeadas pelos Estados, Municípios ou associações particulares e poderiam gozar de subvenção da União, a partir da previsão de verba no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, aos quais as escolas eram vinculadas. Prevvia-se ainda, que a renda originada da comercialização dos produtos das escolas seria dividida em cotas para o diretor, o mestre e por todos os alunos da escola, segundo o grau de adiantamento deles na aprendizagem do ofício.

Depois da criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, o próximo marco na trajetória da Educação Profissional no Brasil foi o Projeto Fidélis Reis – encaminhado à Câmara em 1922 e aprovado em 1927 –, que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país. Embora o projeto tenha sido sancionado pelo Congresso Nacional, nunca foi executado porque “o Tesouro não estava em condições de arcar com a despesa (...) para sua completa aplicação” (CIAVATTA; SILVEIRA, 2010, p.101).

No entanto, o Projeto Fidélis Reis é digno de registro neste trabalho por conta dos pressupostos filosóficos e ideológicos que a ele subjaziam e das tensões que permearam os embates e o demorado debate em torno do seu conteúdo e até sua sanção pelo Congresso Nacional. Assim, a dialética marxista cabe ser mencionada, mesmo que brevemente, pois a parte que cabe é apenas a descrição dos fatos históricos, devendo ser ressaltado, sobretudo, informações acerca dos diversos contextos históricos que possam, mais adiante, servir-nos como subsídios para análises comparativas com a materialidade histórica atual.

Desde sua gênese, a Educação Profissional, conforme vistos na justificativa do decreto que instituiu as escolas de aprendizizes artífices, eram direcionados às classes menos favorecidas e, portanto, era – e poder-se-ia dizer que ainda é - estigmatizada pelas elites.

Em 1922, o deputado mineiro Fidélis Reis, encaminhou à Câmara Federal um projeto de lei que previa a obrigatoriedade do ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário do país, ou seja, a todos os estudantes e, portanto, indistintamente para pobres ou ricos e esse projeto foi considerado proposta de escola unitária gramsciana, semente do currículo integrado:

O mais radical de quantos projetos já haviam surgido no Brasil a respeito do ensino profissional, tornando-o obrigatório no País. Nunca se havia ido tão longe; pugnava-se pela ideia, combatia-se pela implantação de mais escolas daquele gênero, mostrava-se a necessidade da formação de um operariado consciente de sua profissão, porém destinava-se, sempre, qualquer tentativa às classes pobres, aos desafortunados, aos deserdados da sorte. O projeto Fidelis Reis, entretanto, tornava aquele ramo de ensino extensivo a todos, pobres ou ricos, desfavorecidos da fortuna ou representantes das classes abastadas (SOARES, 1995, p.98).

Segundo Riccioppo (2013) transcender o estigma de que a Educação Profissional deveria ser direcionada às classes menos favorecidas foi motivo de muitos embates em torno da proposta de Fidelis Reis que, para dar consistência às suas argumentações, teria trocado cartas com Albert Einstein, Henry Ford e Lênin, com o objetivo de buscar posicionamentos que corroborassem seus argumentos em prol das determinações legais para que o ensino profissional fosse obrigatório com vistas ao desenvolvimento do país e, ao mesmo tempo, em que se descolasse dele o estigma de inferioridade.

As cartas enviadas por Reis e as respostas obtidas favoráveis à iniciativa do Projeto Fidélis Reis de tais personalidades estão no acervo documental do Centro de Formação Profissional Fidélis Reis do SENAI – Uberaba-MG. Esses documentos foram freqüentemente utilizados para reforçar pelo deputado suas argumentações na Câmara e na imprensa em prol do ensino profissional obrigatório no país (RICCIOPPO, 2013, p.8).

Segundo Ciavatta (2010), Fidelis Reis teria citado, inclusive, uma opinião de Einstein sobre o ensino profissional, dada numa entrevista concedida à Moskowsky à época:-

Em minha opinião, o verdadeiro meio de estabelecer um contato entre a vida pública e a escola é instituir, compulsoriamente, o aprendizado de um ofício. Todos os rapazes devem saber um ofício; qualquer que seja a escolha deve alcançar qualquer habilitação técnica, de carpinteiro, ou marceneiro, encanador, serralheiro etc. O aprendizado técnico preenche dois grandes propósitos: a formação do ser ético e a solidariedade com as grandes massas do povo. A escola não pode ser uma fonte de jurisperitos, literatos e advogados, nem meramente a fábrica de máquinas mentais. Prometeu, segundo o mito, não começou a ensinar aos homens a astronomia, mas principiou pelo fogo e suas propriedades e usos práticos (CIAVATTA, 2010, p.100).

Fidelis Reis defendeu a tese de que a Educação Profissional seria condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país redimindo-o da dependência econômica e se esforçou para mudar a concepção da cultura escravocrata que estigmatizava os trabalhos manuais por considerá-los inferiores e realizáveis apenas pelos menos favorecidos economicamente. Seu projeto, portanto, tramitou durante cinco anos e só foi sancionado em 1927, pelo Decreto 5.241, em 22 de agosto.

No entanto, foi aprovado com várias emendas que destoaram o projeto inicial, o qual previa a obrigatoriedade irrestrita, ou seja, nos níveis primário e secundário, mas foi aprovado com a obrigatoriedade apenas as escolas primárias mantidas pela União.

Por fim, a Lei não chegou a ser executada, segundo o governo por falta de verba, mas Fidelis Reis foi considerado um "parlamentar de visão profética" porque ele se antecipara em 50 anos, a uma decisão que foi tomada anos mais tarde, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 1971, que contém a retomada e a sistematização da obrigatoriedade do ensino profissional.

Um pouco mais adiante, já na Era Vargas (1934-1945), o ano de 1937, deixa mais duas marcas na trajetória da Educação Profissional do Brasil. Foi o ano da promulgação, por Getúlio Vargas, da Constituição de 1937, a qual foi a primeira Constituição a versar sobre o ensino profissional e, mais uma vez, expressamente vinculando a Educação Profissional aos desfavorecidos economicamente (RAMOS, 2014).

Art. 129. [...] O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Antes disso, no mesmo ano, através da Lei n. 378/37, artigo 37, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus, destinados ao ensino profissional (BRASIL, 1937). Em 1942, o sistema educacional brasileiro passou por uma série de transformações a partir de um conjunto de Decretos-lei² que culminaram no que ficou conhecido como “Reforma Capanema”. Liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

A Reforma Capanema alterou significativamente o sistema nacional de educação, cuja legislação teve como objetivo.

[...] reformar e padronizar todo o sistema nacional de educação, com vistas a adequá-lo à nova ordem econômica e social que se configurava no Brasil naquela época (expansão do setor terciário urbano, constituição de uma classe média, do proletariado e da burguesia industrial, resultante da intensificação do capitalismo no país) (ROMANELLI, 2003, p. 25).

A principal lei foi a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073², de 30 de janeiro de 1942 e o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 que transformou os Liceus em Escolas Industriais e Técnicas e, formalmente, a partir desse ano houve uma vinculação do ensino industrial à estruturação do ensino no país.

Os principais pontos, pois, a se destacar sobre o ensino profissional a partir da Reforma Capanema foram: 1) o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; 2) o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; 3) os cursos foram divididos em dois níveis no novo ensino médio: cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e curso técnico industrial (três anos de duração mais um ano de estágio supervisionado na indústria compreendendo várias especialidades (BRASIL, 1942); 4) os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior na área equivalente.

No contexto educacional da Reforma Capanema, na dimensão socioeconômica, a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, gerou um empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil, através do acordo “Lendand Lease”³ e uma consequente impulsão na indústria brasileira que o Governo Vargas.

[...] com a ajuda dos norte-americanos, através do sistema “LendandLease”, conseguiu armar suas Forças Armadas e adquirir o capital necessário para a construção de uma siderúrgica, iniciando o desenvolvimento da indústria nacional e se transformando no principal aliado dos EUA na região. Foi o único país latino-americano que enviou tropas para combater no continente europeu (Itália). A ideia do Governo Brasileiro era obter uma posição de destaque no mundo pós-guerra, se convertendo no país mais importante da América Latina. (FERRER, 2013, p.37).

O acordo *Lendand Lease* contemplou o armamento bélico das Forças Armadas do Brasil que recebeu quase dois terços de todo o material bélico que os Estados Unidos enviaram à América Latina.

² 1) Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942 – Cria o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); 2) Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Industrial; 3) Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Secundário; 4) Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943 – “Lei” Orgânica do Ensino Comercial; 5) Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Primário; 6) Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Normal; 7) Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10/01/1946 – Cria o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e; 8) Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Agrícola.

³ O sistema “Lendand Lease” foi um acordo firmado em 03 de março de 1942 entre Estados Unidos e Brasil, na modalidade “empréstimo-arrendamento”, o qual contou com cifras que somaram quase 300 milhões de dólares. (FERRER, 2013).

No âmbito dessa parceria outros acordos foram firmados, dentre eles, o refinanciamento da dívida externa do Brasil e fundos para a construção de uma siderúrgica em Volta Redonda, com a qual o governo tinha o objetivo de estimular as atividades industriais (RAMOS, 2014).

Segundo Ferrer (2013) em contrapartida, os Estados Unidos poderiam facilmente utilizar as bases e portos brasileiros de modo a gerir o sistema para a defesa continental com sua participação na guerra pelo Atlântico Sul.

Esses fatos explicam ou justificam a Reforma de Capanema, diante da necessidade de impulsionar, também, a formação técnica profissional com vistas à mão de obra qualificada para atuação nas indústrias. Em 1959, através do Decreto n. 47.038 de 16 de outubro, que regulamentava a Lei n. 3.552 de 16 de fevereiro, as Escolas Industriais passaram a serem autarquias, ou seja, a ter autonomia didático-pedagógica, financeira e administrativa e passaram a se chamar Escolas Técnicas Federais.

Nesse contexto da concessão de autonomia didática e de gestão às Escolas Técnicas, há outro fato sócio histórico que merece menção na retrospectiva da trajetória da Educação Profissional no Brasil, que foi o aprofundamento da relação entre Estado e Economia, marca do Governo de Juscelino Kubitschek - JK (1956-1961).

Ao ser eleito com o programa para “fazer o Brasil progredir 50 anos em 5”, JK propunha desenvolver políticas voltadas estradas, energia, transportes e construção de Brasília. Seu Programa de Metas priorizou a educação para formação técnico- profissional para implementação de indústrias de base. No anseio de desenvolver o plano de governo, difundiu-se ilimitado otimismo e confiança nas potencialidades do País, transformando-se em instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento, com política centrada no desenvolvimento industrial e reforçada pela ideologia desenvolvimentista. (BARREIRO, 2010, p.26).

Nesse período, no âmbito educacional, este governo tinha como objetivo formar profissionais capacitados para a realização das metas de desenvolvimento do país expressas pelo Plano de Metas do Governo. O Plano de Metas era o programa de governo desenvolvimentista de JK, consolidado por um conjunto de 31 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, sendo o 31º a construção de Brasília e a mudança da capital federal.

Ao final do Governo JK e no início do Governo João Goulart, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, cujo projeto esteve em discussão desde 1947.

Sua promulgação marcou o final da Reforma Capanema e atendeu as reivindicações antigas em relação à democratização da educação nacional e da valorização do ensino industrial e das Escolas Industriais e Técnicas. A LDB, Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna compulsório o ensino técnico-profissional de todo o currículo do segundo grau diante da urgência e necessidade de formar técnicos no país.

Neste momento que o Deputado Fidélis Reis fora reconhecido como um “parlamentar de visão profética”, pois meio século antes ele lutara por isso conforme explanado anteriormente. Na trajetória da Educação Profissional, depois da compulsoriedade do ensino técnico-profissional na década de 70, só duas décadas depois é que houve alteração em termos legais, a partir da Lei 8.498, de 08 de dezembro de 1994, a qual cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e prevê a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica e, com isso, se encerra a trajetória dos principais marcos da Educação Profissional no século XX.

Após a queda do bloco soviético durante a crise global dos anos 1980, o capital financeiro impôs o seu projeto de desenvolvimento, surge o termo conhecido como globalização, na verdade este termo se configura como alternativa para solucionar a crise de superprodução de mercadorias, os governos deveriam revogar as restrições legais para o avanço do capital, retirando-se de setores em que os mercados pudessem explorar e gerar novos negócios, aumentando o volume de consumidores sem necessariamente integrá-los, como na época fordista. A figura Estatal dá lugar ao mercado que assume a vanguarda do crescimento econômico.

Neste momento o Brasil passa a assistir, sob a égide da globalização e da reestruturação produtiva, a uma batalha política em torno da aprovação de uma nova lei de diretrizes para a educação, ao mesmo tempo os movimentos sociais privilegiam o parlamento, campo onde os trabalhadores não têm acesso nem controle.

Criou-se uma falsa imagem de que a participação dos cidadãos através da vontade política pode resolver questões estruturais e ontológicas pela via da ação política. Não se pode negar a necessidade do uso da política na sociabilidade do capital, porém a aprovação de leis, decretos e diretrizes não solucionarão os problemas da educação nos marcos do capital.

A Lei de Diretrizes e Bases de 9394/96 veio descartar a proposta de lei de diretrizes que tramitava no congresso nacional desde 1988, também conhecida como LDB do movimento. Esta lei, assim como outras normas legais foram influenciadas pelos propósitos partidários, que por sua vez atendiam a interesses do capital financeiro.

O projeto de lei 1603/96 previa a regulamentação dos artigos que tratavam da Educação Profissional (art.º 39 a 42), tramitando em paralelo ao projeto da LDB e ao Substitutivo Darcy Ribeiro, visava, sobretudo, a regulamentação da Educação Profissional e técnica de forma separada da lei geral, no entanto o poder executivo optou por arquivar este projeto de lei (RAMOS, 2014).

Posteriormente o governo regulamentaria a Educação Profissional, através de decreto presidencial (Decreto 2.208/1997), não havendo qualquer discussão com os setores da sociedade civil, pois prevalecia a concepção de educação vinculada aos organismos internacionais, como o Banco Mundial, FMI, etc. Os assim chamados “os novos senhores do mundo” (FRIGOTO, 1995, p.19). O governo ao utilizar um decreto para regulamentar os artigos da LDB, demonstrou claramente sua ligação com o capital financeiro, por sua vez, comprometido em implantar no Brasil a experiência do projeto neoliberal, reformar o ensino técnico dentro do contexto da “nova ordem” internacional e da acumulação flexível.

O momento conjuntural da aprovação da LDB, onde se acreditava estar vivendo o início de uma época em que os empregos seriam abolidos, permeava a idéia de que uma nova revolução produtiva imposta pela globalização teria de transformar profissionais singulares, em profissionais flexíveis ou de multitarefa, transformando a função do ensino médio, que erade preparar para o emprego ou para uma função específica, em uma função ocupacional (RAMOS, 2014).

Seguindo novos moldes de produção, ditados pelo conceito global, que fundamentou as reformas educacionais dos anos de 1990, especialmente a do ensino técnico, a formação do trabalhador hoje para o capital requer um homem com múltiplas funções.

Essas funções podem ser classificadas de: flexível, polivalente, qualificado, mas não especializado, que saiba trabalhar em equipe, que tenha capacidade de raciocínio abstrato, e uma compreensão do processo produtivo, um trabalhador diferente do exigido no modelo produtivo anterior (fordismo). Desta forma a definição do “Aprender a fazer” no Relatório Delors (2001 p.93-94) é enfática quando constata que:

O progresso técnico modifica, inevitavelmente, as qualificações exigidas pelos novos processos de produção. As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção de estudo, de organização à medida que as máquinas se tornam, também, mais ‘inteligentes’ e que o trabalho se ‘desmaterializa’. As ‘novas’ qualificações são definidas como um ‘coquetel individual’ que podem combinar a formação técnica, no sentido estrito, e o ‘comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco’ e ainda a “capacidade de comunicar, [...] de gerir e de resolver conflitos’ (DELORS, 2001 p.94).

Ressalta-se que o processo de reestruturação produtiva não se restringe ao local da fábrica, faz com que diversos setores da sociedade, até mesmo aqueles que não estão diretamente ligados na produção, sofram sua influência adaptando-se através de pontos comuns para serem utilizados no cotidiano.

Com o intuito de promover a rearticulação e a equivalência do ensino médio com o ensino técnico de nível médio, em julho de 2004, o governo Lula baixou o Decreto 5154/2004 que revogou o Decreto 2208/97, mantendo alguns aspectos deste que favoreciam a expansão da formação profissional por meio de entidades privadas.

O Decreto n. 5154/2004, tem como objetivo a regulamentação da Educação Profissional estabelecida pela Lei 9394/96, mantendo lacunas da própria LDB, quando, por exemplo, não explicita claramente o papel dos Estados, nem se a formação profissional seria exclusiva de alguma entidade. Desta forma, deduz-se que os governos estaduais e federais lançarão mão da estrutura das escolas técnicas de seus respectivos sistemas de educação.

Para articular o ensino médio com a Educação Profissional técnica, o Decreto 5154/2004, no Art. 4º, institui três formas, a saber:

Forma integrada – oferecida apenas para quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única (§ 1º inciso I); Forma Concomitante – oferecida tanto para quem já tenha concluído o ensino fundamental, quanto para quem já tenha o ensino médio com matrícula diferente paracada curso, na mesma instituição, em instituição distinta ou instituições distintas, masconveniadas (§ 1º inciso II alíneas a, b e c); Forma Subsequente – oferecida apenas aos que já concluíram o ensino médio (§ 1º inciso III).

Nessa nova configuração, um curso técnico de nível médio com diversas terminalidades articuladas entre si, garante certificados de qualificação, sem obrigar o aluno a concluir o curso, mas apenas os módulos do programa, se assim o curso tiver organizado. Porém para o devido reconhecimento como técnico de nível médio, deverá cumprir as exigências totais do curso.

Essa regulamentação da Educação Profissional deixa evidente que a flexibilidade dessa modalidade de ensino favoreceu o avanço do setor privado, seja na tenuousa da educaçaõ, pois dependendo da estrutura e forma do curso, em apenas um ano ou menos, o aluno forma-se em técnico de nível médio, como também na redução dos gastos que tais cursos acarretam, quando organizados em módulos menores (MORITZ; NOGUEIRA, 2018).

Assim como seu antecessor, o Governo Lula, nesse sentido, criou as condições necessárias e abriu espaço para que o mercado cumprisse a tarefa de explorar novos negócios. No entanto, observa-se que, o governo Lula mascarou os aspectos que favoreciam tais negócios privados na área da Educação Profissional, uma vez que a ênfase nos estudos contidas no Decreto 5154/2004 é sempre dada ao retorno da rearticulação do ensino médio com ensino técnico e a ampliação da rede federal. Esquecendo-se assim, as brechas que cobrem na atenuação e as reduções de custos que facilitam o setor privado.

Dessa forma o Governo Lula optou por uma “coexistência pacífica” com o setor privado, ao contrário do Governo Fernando Henrique, que com a instituição do Decreto 2208/1997, criou um imbróglio que mais atrapalhava as intenções do governo do que facilitava, criando mais dúvidas do que certezas, quando ansiava em seguir os conselhos e cumprir as exigências e diretrizes do Banco Mundial.

A Lei nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, cujo foco principal é a Educação Profissional e tecnológica. A partir da criação dos institutos emerge de maneira clara o conceito de políticas públicas educacionais de desenvolvimento regional pautado em desenvolvimento econômico, haja vista que na estrutura da lei há bastante referência no aspecto da regionalidade.

2.2 Aspectos Gerais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET)

Em 2008, como resultado de processos políticos, econômicos, históricos e sociais, foi promulgada a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, visando a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

A expansão da EPT apoiou-se especialmente na criação dos IFET, estruturados a partir do potencial instalado nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agro Técnicas Federais (EFA) e Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais (EV). As estruturas administrativa, física e humana das instituições que aderiram à proposta da *ifetização* foram reorganizadas, transformadas em IFET e novas unidades descentralizadas, os *campus*, que foram criados em todos os Estados brasileiros.

Os IFET são autarquias, “entes administrativos autônomos, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas” (MEIRELLES, 2008, p. 347), possuindo a finalidade específica de atuar na esfera educacional, com autonomia de gestão, didático-pedagógica e disciplinar. Possuindo a característica de integração e verticalização do ensino, os IFET’s ofertam Educação Profissional e tecnológica em todos seus níveis e modalidades, desde o ensino médio até o superior. Considerando-se ainda que sua atuação é diversificada nas modalidades de educação, podendo ofertar Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Educação Especial Inclusiva e Educação a Distância (EaD) tornando, dessa forma, os IFET’s em instituições educacionais pluricurriculares.

Segundo Pacheco (2011), os IFET têm como foco a promoção da justiça e inclusão social por meio do desenvolvimento sustentável através de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Os institutos devem atender às demandas por formação profissional, difusão de conhecimentos científicos e suporte aos arranjos produtivos locais, de forma ágil e rápida. A proposta dos IFET é de desenvolver a formação que qualifique os trabalhadores de acordo com a realidade produtiva regional, contribuindo para a inclusão e interiorização da Educação Profissional e tecnológica. De forma geral, a expansão demonstra cumprir sua função social, pois a interiorização dos IFET tem levado oportunidades de ensino técnico e superior a diferentes regiões.

Entretanto, ressalta-se que o processo de expansão dos IFET, devido a rapidez e a maneira ocorrida, demonstram certa falta de planejamento em sua condução, o que acaba por comprometer os serviços educacionais e acarretar mudanças no trabalho do professor. De acordo com o Tranto (2010), os IFET são mais que um novo modelo institucional constitui-se na maior expressão da atual política pública de Educação Profissional brasileira, com a expansão orientada por políticas internacionais que sustentam a diversificação das instituições superiores.

Assim, pode-se dizer que há um viés político e econômico que condicionou a reestruturação da RFEPECT e especialmente a criação dos IFET. Ressalta-se que os IFET representam o maior número de unidades responsáveis pela expansão da RFEPECT, tendo aumentado 82%, com 316 *campi* em 2008 para 575 *campi* em 2016 (BRASIL, 2017). Estando presentes em todo território nacional, objetivando colaborar com as políticas públicas e os arranjos produtivos regionais, os IFET's podem ser considerados como instituições públicas de ensino a serviço da transformação social e da institucionalização da Educação Profissional e tecnológica.

A mudança estrutural e as características pluricurricular e verticalizada dos IFET's, fazem com que o trabalho docente também tenha se deparado com especificidades diferentes e que o professor tenha que flexibilizar seu trabalho bem como desenvolver diferentes formas de exercer suas funções, visando atender às demandas institucionais e previsão legal de suas atividades. Desta forma, na articulação entre o contexto econômico, político e social e o novo modelo de instituição de ensino, o trabalho docente torna-se específico para atendimento ao perfil exigido pelos institutos, sendo necessário refletir sobre as modificações no trabalho do professor que desenvolve suas atividades nos IFET.

Na história recente do Campus SVS, o livro publicado por Garcez et. al (2008) “IFFar 10 anos – Ensaios dessa trajetória”, traz um relato histórico do IFFar, reportando os movimentos nos dez anos iniciais do Campus SVS, e dos demais campi surgidos na expansão e criação dessas instituições. Esse relato traz a forma com que a instituição se consolidou e também como atuou na formação, profissionalização dos jovens e adultos do município de São Vicente do Sul e da região, dando ênfase primordial a educação integral, inclusiva e humanizada, portanto a pesquisa vem apresentar esse conjunto de ações ao longo da existência do Campus.

2.3 Processo histórico de formação do IFFar-Campus SVS

O IFFar-Campus SVS inicia em 1954, mais precisamente em 17 de novembro, com um termo de acordo entre a União e o município de General Vargas, assim denominado na época, dando origem a Escola de Iniciação Agrícola publicado no Diário Oficial (DOU) de 30/11/1954, em conformidade com os artigos 2º e 4º do Decreto Federal Nº 22.470, de 20/01/1947, que instaurou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto Lei Nº 9.613, de 20/08/1946.

Em 1963 a Escola de Iniciação Agrícola junta-se à Rede de Escolas Agrícolas da Subsecretaria do Ensino Técnico do Estado do RS, por força da falta de recursos financeiros da Prefeitura do município de General Vargas, para o prosseguimento das atividades, logo adiante em 1964, outro regime de cooperação foi estabelecido com o Colégio Estadual São Vicente, que estipulava que os meninos estudariam a noite no Colégio Estadual e durante o dia no Agrícola, como eram conhecidos na época pela comunidade, para as aulas teórico-práticas das matérias decultura técnica. (FERNANDES, 2013).

O Decreto Nº 62.178 de 25/01/1968, transfere a Escola de Iniciação Agrícola para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), passando a denominação de Colégio Agrícola, assim, ano seguinte, pelo Decreto Nº 64.827 de 16/07/1969, houve uma reformulação do Decreto Nº 62.178, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM. Entre 1970 e 1975 o Colégio Agrícola oferecia o Curso Técnico Agrícola e diplomava os concluintes com a titulação de Técnico em Agricultura, em nível secundário. A partir de 1973, houve uma mudança na habilitação do concluinte, passando denominar-se Técnico segundo semestre em Agropecuária. O então Colégio Agrícola, forma sua primeira turma em 1973 de Técnicos Agrícolas totalizando 24 alunos. A denominação de Colégio Agrícola ficou na memória e na história de quem se recorda da instituição ao longo dos anos.

Em 28/02/1985, através do Decreto Nº 91.005, mais uma mudança acontece em sua trajetória, passando a partir dessa data a subordinar-se a Coordenação de Ensino Agrícola (Coagri), deixando assim a ligação administrativa e pedagógica da UFSM, esta mudança ocorre também em relação ao nome da instituição, passando a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul (EAF SVS). Logo em seguida através do Decreto Nº 93.313 de 21/11/1986, a Coagri é extinta, e em substituição é criada a Secretaria de Ensino de 2º Grau, ligada diretamente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

No ano de 1990, o governo federal faz mudanças em vários órgãos da administração incluindo o Ministério da Educação e Cultura a partir do Decreto Nº 99.180 cria-se a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), ficando, todas as EAFs subordinadas a ela. Segundo Ramos (2014) na década de 80 as Escolas Agrícolas federais atuaram fortemente na formação de técnicos de segundo grau com altos níveis de qualificação para o país. Os alunos concluintes dos cursos das EAFs se projetavam com destaque em empresas estatais, privadas e na sociedade civil, não havendo qualquer questionamento quanto ao ensino ofertado.

A denominação EAF SVS e “Colégio Agrícola de SVS permanece na lembrança da comunidade local e regional como instituição de prestígio e sucesso na formação de profissionais ligados à área de atuação. Com a criação da Lei Nº 8.731, de 16/11/1993, transforma as EAF em Autarquias Federais e com isso tornam-se autônomas administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar, mais adiante o decreto Nº 2.548, de 15/04/1998, foi aprovado o regimento geral das EAFs, o qual determinava que cada instituição elaborasse sua própria regulamentação. O Regulamento interno da EAF-SVS aprovado em 01/09/1998, pela portaria nº 966 do MEC, no qual os Cursos Técnicos em Agropecuária passaram a denominar-se Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura, Zootecnia ou Agropecuária (FERNANDES, 2013).

A característica principal das EAF era a formação de técnicos de nível médio nas áreas de agropecuária, agroindústria, enologia, zootecnia e infraestrutura rural, em regime aberto, de internato e semi-internato. Dentro desse contexto o processo de ensino aprendizagem contava com as Unidades Educativas de Produção (UEPs), objetivando o desenvolvimento de projetos educativos e de produção, fazendo a ligação entre a teoria e a prática, para fortalecer esse processo em 1997 é adquirida uma área de 235 hectares distante 15 quilômetros da sede da EAF-SVS, para que fosse utilizada como fazenda-escola dando assim materialidade ao processo de ensino aprendizagem associado a prática.

Para Menezes (2001), as Fazendas-Escolas tinham como metodologia o princípio de “aprender a fazer e fazer para aprender”, dando oportunidade ao aluno de vivenciar os problemas de sua futura atividade profissional, objetivava o desenvolvimento de habilidades e experiências para a fixação dos conhecimentos, neste caso específico da EAF-SVS, a fazenda escola conta com todos os itens que uma propriedade rural possui, dando assim materialidade a teoria recebida.

Segundo Ramos (2014) a Semtec alinhou a formação de técnicos e a produtividade, fazendo assim que as instituições de ensino se fortalecessem, nesta perspectiva, houve uma mobilização para que fosse implementado um novo modelo pedagógico bem como transformar as EAFs em Cefets que teve como resultado desta mobilização foi à aprovação da Lei Nº 8.948/1994 que objetivava unificar e fortalecer a rede de ensino, evitar o sucateamento, privatização e dar condições para que cursos superiores fossem implementados gradativamente.

Em 13/11/2002, a EAF-SVS foi credenciada como Cefet, tomando a denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, trazendo em seu bojo mudanças institucionais e a sequência das ações para sua expansão, inclusão e transformação social, dessa forma essa transformação de Autarquia Federal de EAF-SVS para Cefet SVS.

Assim, o decreto implementou, condicionando a manutenção do regimento interno atual ficasse em vigor, por determinado tempo e também determinava que no prazo de dois anos para se adequar ao projeto institucional aprovado, bem como a manutenção do diretor geral. Essa transformação institucional, obedeceu critérios que foram observados como as instalações físicas, laboratórios e equipamentos, condições técnico pedagógicas e administrativas, recursos humanos e financeiros que seriam necessários ao funcionamento. A expansão da Rede Federal de EPT evolui a partir de 2003, com ênfase aos cursos superiores, caracterizou os Cefet como instituições de ensino superior pluricurriculares com oferta especializada em EPT em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Em 2002 pela Portaria Semtec Nº 3.386 de 06/12/2002, autoriza o início dos dois primeiros cursos superiores da instituição: o Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem e o Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, se consolidando-se como referência regional para o ensino público de qualidade dentro das necessidades dos estudantes que ingressam nela, ainda nesse sentido o Cefet-SVS participou de forma ativa nas ações promovidas pelo MEC e Semtec, entre as quais estava o Plano de Expansão em que são criadas Unidades de Ensino Descentralizada (Uned) Júlio de Castilhos e (Uneds) Santa Rosa e Panambi, com implantação em curso quando da criação do IFFar através da Lei Nº 11.892 de 29/12/2008, transformando em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha que faz alusão a Revolução Farroupilha⁴ fato marcante na história do estado do Rio Grande do Sul⁵.

⁴ Vale destacar que a Revolução Farroupilha, numa visão crítica, tecida por Zalla; Menegatt (2011), promove refração à memória sobre o evento, o de sua apropriação política pelo projeto republicano, sua reabilitação pela memória histórica e sua ritualização pelo tradicionalismo gaúcho, propõe-se reconstituir analiticamente a fixação do fato como patrimônio simbólico coeso e múltiplo, suficientemente elástico para pautar conflitos internos e tensões entre o estado e o centro do Brasil.

⁵ ZALLA, J.; MENEGATT, C. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. Revista Brasileira de História, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000200005>. Acesso em fevereiro de 2024.

O Cefet-SVS a partir de então passa a se chamar Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha-Campus São Vicente do Sul, ficando então pertencente ao Sistema Federal de Ensino, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), e vinculado ao MEC, seu diretor geral foi o primeiro reitor da instituição, e como reitor pró-tempore instala a reitoria provisoriamente no Campus SVS, e logo após instala-se em Santa Maria, cabe aqui mencionar que Garcez et al. elucidam:

Nascido a partir da união de duas autarquias cinquentenárias, o Cefet SVS e a Escola Agro Técnica Federal de Alegrete, das então recém constituídas Unidades de Ensino Descentralizadas de Julio de Castilhos e Santo Augusto, o IFFar integrou-se aos territórios das regiões central, noroeste e oeste do Rio Grande do Sul, desenvolvendo larga diversidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão, articuladas aos arranjos produtivos, sociais, culturais e locais (GARCEZ et al., 2018, p. 11-12).

Destaca-se alguns momentos importantes da trajetória institucional até a configuração de IFFar-Campus SVS, onde através do Plano de Expansão da Rede Federal – Fase I, II e III, o IFFar e o Campus SVS evoluíram e desenvolveram-se, ofertando cursos e programas nas modalidades presencial e a distância, em diferentes níveis: de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio, de educação superior de tecnologia, bacharelados e licenciaturas. Com a Lei de criação dos IFs, a unidade de SVS teve uma ampliação nas modalidades de ensino ofertadas e igualmente vem se consagrando além da área de recursos naturais, nas áreas e eixos tecnológicos de gestão e negócios, informação e comunicação, produção alimentícia, desenvolvimento educacional e social.

Para garantia na qualidade dos cursos e serviços prestados à sociedade, o IFFar-Campus SVS conta com área total de 332 hectares, sendo 97 hectares na sede e 235 hectares na Fazenda-Escola. Na sede, ocorrem as atividades administrativas e didático-pedagógicas. Possui estrutura física e patrimonial com laboratórios, biblioteca, ginásio de esportes, quadra poliesportiva, academia de esportes e ao ar livre, centro de convivência, auditórios, moradia estudantil masculina e feminina, refeitório, agroindústria, Fazenda-Escola, entre outros, o campus atende as demandas sociais e econômicas inerentes a sua região, respeitando suas vocações, especificidades culturais e regionais, promovendo a inclusão e transformação através dos saberes, do conhecimento e das práticas educativas.

Visam atender prioritariamente os núcleos excluídos e carentes de oportunidades da sociedade, além do ensino, atua na pesquisa aplicada para manutenção e fortalecimento institucional.

Nesse ângulo, conforme as Diretrizes Institucionais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) o IFFar tem como Missão: “Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”. Simultâneo a missão tem como visão institucional: “Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação” (PDI IFFAR, 2019-2026, p. 23).

Para consolidar a razão de ser institucional, seu foco de atuação, assim como seus objetivos, traçados na missão e visão, alicerça-se nos valores destacados no PDI-IFFar (2019-2026, p. 23): “Ética; solidariedade; responsabilidade social, ambiental e econômica; comprometimento; transparência; respeito; gestão democrática e inovação”. As alterações estruturais e de denominação ao longo da história.

Por fim cabe ressaltar mais uma vez a importância regional e local do Campus SVS, para a formação de jovens e adultos, que ao ingressar na instituição, terão novos horizontes para sua formação profissional e também o conhecimento de valores como ética, justiça social e comprometimento com os bens naturais, para o pleno desenvolvimento humano.

2.4 Educação Profissional e Tecnológica: Perspectivas e Experiências

Para Freire e Batista (2017), a Educação Profissional (EP) pode ser modelada por quatro componentes básicos que se articulam e interagem entre si, e que deste modo visam uma formação profissional específica: organização curricular, recursos humanos, recursos metodológicos e infraestrutura. Demonstram que as interações entre professor, aluno, conteúdo, contexto e método constituem um subsistema onde se verificam, efetivamente, as finalidades educativas do sistema. Os autores ainda relatam que nos últimos anos, a Educação Profissional tem sido objeto de discussões voltadas para a análise e avaliação de sua estrutura e funcionamento.

Questionam as limitações do sistema diante de novas formas de organização do trabalho e as demandas criadas pelas novas tecnologias, especialmente as tecnologias da informação e comunicação, são alguns fatores que têm motivado as reformas atualmente em curso na Educação Profissional no Brasil.

Freire e Batista (2017) destacam que o foco principal das discussões mais recentes tem sido a questão da organização curricular, com ênfase na adoção do modelo de competências, e que, no entanto, os programas de reforma educacional fundamentados somente na organização curricular, sem considerar ações correspondentes na formação de recursos humanos e no desenvolvimento de recursos metodológicos, têm sido insuficientes para a obtenção dos resultados esperados.

Por meio de sua pesquisa, Freire e Batista (2017) apresentam uma abordagem prática quanto ao processo de formação de competências da Educação Profissional (EP), focalizando aspectos relacionados com o componente metodológico do sistema EP. Essa nova identidade de professor, precisa ser um profissional que requer uma profunda reforma nos processos de formação do magistério.

As novas demandas sociais, direcionadas, sobretudo para as tecnologias da informação, presentes não só nos mercados produtivos, como também nas relações interpessoais, para capacita-lo a trazer inovações pedagógicas. Os autores destacam que, quanto à infraestrutura, o EP, possui necessidades criadas pelos demais componentes do sistema, e não o contrário, como ocorre frequentemente no planejamento de sistemas educacionais tradicionais, e que há forte consenso quanto à necessidade de mudanças, para que o professor possa se adequar.

Barbosa, Gontijo e Santos (2004, p. 6-7) afirmam:

As escolas tenham sido capazes de elaborar uma nova organização curricular a partir das diretrizes, conceitos e orientações já conhecidas, e que neste sentido, a questão mais complexa para as escolas e educadores é a do como fazer, ou seja: qual é o melhor caminho a ser seguido para que as novas organizações curriculares sejam, de fato, uma inovação pedagógica e não apenas uma nova “roupagem” de práticas já institucionalizadas? Neste sentido, o desafio que se apresenta para os educadores da Educação Profissional não é apenas o de organizar um novo currículo orientado pelo modelo de competências, mas principalmente o de conceber e praticar, efetivamente, ações pedagógicas dirigidas para a formação de competências profissionais, e provavelmente, o desafio de maior dificuldade de concretização para os professores desta modalidade de ensino. No contexto da Educação Profissional, o Método de Projetos deve ser valorizado não apenas como uma prática mais eficiente e efetiva para a construção do conhecimento e formação de competências, mas também pelos valores que promove e desenvolve no aluno, de forma direta e objetiva, tais como: independência e responsabilidade; prática social e modos de comportamento democráticos; autoconfiança; prática da convivência e colaboração mútua, dentre outros.

Os autores enfatizam que o conhecimento e a prática deste método de ensino são, portanto, de grande importância para a formação do professor de EP, que neste sentido, os cursos de formação docente para este tipo e nível de ensino, devem propiciar aos professores a assimilação dos fundamentos deste método, através do desenvolvimento de projetos específicos visando sua aplicação na prática de ensino atual e futura com maior eficiência e desenvoltura.

Barbosa, Gontijo e Santos (2004) demonstram através de projeto aplicado, e descrevem que o ambiente de desenvolvimento da pesquisa caracterizou-se por muitos fatores adversos, principalmente para os alunos: as demandas de outros trabalhos escolares, com 13 disciplinas e mais de 40 aulas semanais; a permanente pressão psicológica do preparo para entrar na Universidade; e ainda o fato de ser um conjunto heterogêneo de alunos. Mesmo nestas condições, comprovou-se que o Método de Projetos se apresentou como uma prática pedagógica desafiadora, que deu aos alunos a possibilidade de se tornarem agentes na construção do próprio conhecimento, ao mesmo tempo em que despertou para uma infinidade de ações que devem ser empreendidas para melhorar o desempenho do sistema escolar como um todo.

A verificação de que os benefícios do método de ensino através de projetos, para serem potencializados, precisam de um amplo suporte, que abrange, dentre outras condições e recursos, um trabalho docente cooperativo, organização flexível do currículo, disponibilidade de variadas fontes de informação, disponibilidade de um mínimo de recursos tecnológicos e suprimentos necessários aos projetos, desenvolvimento de um trabalho discente coletivo, envolvimento pessoal (do professor e aluno) com o tema do projeto e a utilização de instrumentos de avaliação voltados para o acompanhamento das aprendizagens, e não somente sua mensuração (MORITZ; NOGUEIRA, 2018).

Nesta concepção, é possível compreendermos que o Método de Projetos não é simplesmente uma mudança didática da prática de ensino; é, sobretudo, uma mudança de postura pedagógica, que traz consigo uma nova conceituação de educação, na qual novas tarefas e atitudes são atribuídas a professores e alunos, na elaboração de um ambiente de aprendizagem voltado para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de valores necessários para uma atuação eficiente e responsável em relação a si mesmo e à sociedade. Desta forma, os resultados obtidos com estas práticas, referem-se a um contexto específico e não permitem, ainda, uma ampla generalização.

No entanto, a experiência mostrou resultados estimulantes, de um valor indiscutível: modificou profundamente a relação professor-aluno e, sobretudo, a relação do aluno com o conhecimento, reativando o entusiasmo e a satisfação em aprender, em buscar o conhecimento, despertando e desenvolvendo potencialidades que dificilmente seriam estimuladas e desenvolvidas pelas abordagens pedagógicas tradicionais.

Ainda, os resultados alcançados sugerem que as possibilidades de aplicação do Método de Projetos (MP) na formação de competências justificam maior abrangência e profundidade na pesquisa que deu origem a este trabalho. Nesse sentido, além dos aspectos já citados no texto como pontos para aprofundamento, a experiência suscitou outras questões que necessitam de investigação e análise mais detalhadas: Conflitos de liderança: os líderes indicados pelos colegas, não eram os alunos que tinham condições efetivas para exercer esta função (MORITZ; NOGUEIRA, 2018). Há um forte traço de heteronomia nos alunos, o que faz com que a figura de um “avaliador” seja determinante nos desempenhos.

A escolha de temas excessivamente complexos: a seleção dos temas geradores é um fator que influencia diretamente o desenvolvimento de um projeto, e que é necessário adequá-lo ao nível cognitivo dos alunos – sem que o projeto deixe de representar um objeto desafiador, e ao contexto em que se dará seu desenvolvimento (tempos, espaços e recursos disponíveis) (BARBOSA, GONTIJO; SANTOS, 2004, p. 13).

Salientam que há um dilema entre transmitir conteúdo ou desenvolver competências: o desenvolvimento de projetos leva ao “não cumprimento” dos programas curriculares rigidamente estabelecidos, devido à nova dinâmica do processo de aprendizagem, e que a partir do Métodos de Projetos, os conteúdos deixam de ter uma sequência linear, passando a serem requisitados mediante a necessidade de conhecimento imposta pelo projeto em desenvolvimento.

Destaca-se a dificuldade de colocar em prática uma efetiva avaliação formativa: diante das novas demandas geradas para a figura do professor (orientar, formular problemas, desafiar, incentivar, acompanhar, dirigir e verificar as aprendizagens), o que tornaria penosa a tarefa de avaliar os alunos no novo modelo. Salienta-se que a realização de uma avaliação formativa exige tempo e observação profunda das mudanças ocorridas nos alunos a partir de sua interação com o conhecimento.

Barbosa, Gontijo e Santos (2004) consideram que a transposição dos procedimentos aqui descritos para outras áreas de formação profissional, com as devidas adaptações, pode resultar em melhorias significativas dos processos pedagógicos, pois algumas metodologias têm sido indicadas e experimentadas para trazer respostas adequadas às demandas do novo modelo de EP: o método de projetos; prática profissional centrada; realização de pesquisas; utilização de recursos das novas tecnologias; realização de visitas técnicas; realização de estudos de caso; promoção do trabalho em equipe, entre outros.

2.5 Trabalho docente nos Institutos Federais

Os professores que atuam nos IFET são os mesmos, para atender de forma concomitante ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis e modalidades de ensino, com público distinto. Segundo Pacheco (2012), o perfil do professor dos IFET, em um modelo curricular verticalizado, deveria apresentar mudanças visando lidar com o conhecimento de forma integrada, sendo capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo, promovendo as transposições didáticas necessárias.

Dessa forma, o trabalho docente, no modelo pluricurricular e contexto verticalizado de ensino não se estrutura na figura do professor especialista em Educação Profissional ou ensino superior, mas de alguém que possui domínio de conhecimentos específicos da sua área de formação, possui experiência profissional, esteja pronto para lidar com eixos de diferentes áreas, seja polivalente, flexível e produtivo.

Assim, a singularidade do modelo dos IFET's, com características de verticalização e integração da Educação Básica e superior faz com que os professores trabalhem na articulação de diferentes níveis e currículos. Além disso, há as condições de trabalho em que são exercidas as atividades docentes, que se relacionam não somente ao ensino, mas também à pesquisa, extensão e gestão.

Em seu livro “Perfil e Formação do Professor de Educação Profissional Técnica”, lançado em 2009, Cleunice Rehem faz uma abordagem quanto aos aspectos que influenciam na formação e capacitação de docentes voltados para a atuação em cursos técnicos profissionalizantes, mas também suscita a composição dos conteúdos e aplicados por estes, confrontam questões como a exigência do mercado de trabalho, novas tecnologias, capacidades cognitivas e realidades locais.

O estudo de Cleunice Rehem tem como objetivo identificar o perfil do professor de Educação Profissional técnica no Brasil à luz da globalização dos conceitos de trabalho e educação e, com base nesse perfil, apresentar contribuições em prol de um projeto atualizado visando à formação e professores nessa área. Este trabalho demonstra uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando pesquisa documental de modo a aferir os perfis de professores brasileiros, suas práticas e suas experiências na área da Educação Profissional técnica.

A autora destaca a influência produzida pela globalização mundial, imposta pelos padrões de capitalismo internacional, pelas aceleradas transformações tecnológicas e científicas que impõem a necessidade de trabalhadores com novo perfil profissional, ao discorrer sobre a mundialização do capital, reestruturação produtiva, inovações científicas e tecnológicas, que resultas de transformações macros sociais e macroeconômicas, e que por sua vez advêm da reconfiguração mundial do conceito trabalho (REHEM, 2009).

Dentre inúmeras questões suscitadas pelo tema, duas delas são: quais as exigências contemporâneas para a formação de um profissional de nível técnico? Que Educação Profissional é demandada para formar um técnico nos novos cenários?

O conjunto de capacidades requeridas do novo profissional conota a exigência de uma nova pedagogia, uma nova concepção de organização profissional que realmente transforme e capacite estes indivíduos, enfatizando que a Educação Profissional atualmente oferecida, está focada num padrão ultrapassado, baseado na formação de um profissional apto. Percebemos a intenção de destacar a interação dos setores produtivos e social (REHEM, 2009).

Os desafios apresentados pelo complexo mundo do trabalho do século XXI emergem e enfatizam a necessidade de discutir e avaliar os saberes necessários aos profissionais, às mudanças nas formas de entrega da formação e as relações entre educação, formação profissional e aprendizagem permanente.

A autora suscita que será necessário desenvolver um novo método para compreensão das necessidades de mercado, salientando que esta é parte importante no processo de adequação do saber técnico adquirido nos respectivos cursos, face às reais necessidades impostas pelo sistema (REHEM, 2009).

A capacitação é apresentada como um processo que demanda continuidade, e que demonstra a necessidade de aprimoramento constante, deste modo, a capacitação profissional está vinculada a um aprendizado contínuo, assim como a sociedade está em constante transformação, este profissional estaria em constante aprendizado e aprimoramento.

Surge aqui a imagem de que o curso técnico adquiriu ao longo de sua existência um caráter de “pacote”, uma modalidade de aprendizado “padrão”, que não desenvolve capacidades individuais, mas que impõe um modelo de aprendizado direcionado a uma modalidade específica de trabalho, a concepção de uma pedagogia taylorista-fordista priorizada por modos de fazer e disciplinamento, sem nunca comprometer o estabelecimento de uma relação entre o trabalhador e o conhecimento que, ao integrar conteúdo e método, propiciasse o domínio intelectual das práticas socioprodutivas. Paralelamente, sugere que, outrora, a Educação Profissional inicialmente dispunha de propostas curriculares rígidas, pré-estabelecidas derivadas de conteúdo intra e extra disciplinas com sequenciamentos pouco eficazes (REHEM, 2009).

Atualmente o mercado demanda uma atuação profissional, que sugere a importância de adquirir conhecimentos que estejam apenas voltados àquela modalidade de profissão, mas sim, conhecimentos que permitam ao indivíduo desenvolver habilidades, valores, atitudes e a capacidade de mobilizar, articular e integrar os conhecimentos na prática da vida profissional. Neste contexto percebemos que o conteúdo cognitivo, o saber carece da capacidade de produzir ações próprias mediante a interpretação de cada situação, não podemos usar receitas prontas, mas sim ter capacidade de adaptar soluções a cada problema que surge em meio às adversidades impostas pelo mercado. Assim o conteúdo destes cursos não pode estar limitado em transmitir um mero saber, mas uma cultura, que permita compreender a condição de complexidade dos problemas cotidianos, ajude a viver, e ao mesmo tempo favoreça um modo de pensar aberto e livre.

Os conteúdos ministrados uma vez organizados, simplesmente são repetidos ano após ano de forma linear e fragmentada, mediante um método expositivo, combinado com a sugestão de atividades que vão da cópia de textos, de forma parcial ou completa, à resposta de questões de conteúdos fechados, e que não permitem concepções e opiniões subjetivas (REHEM, 2009).

No passado este formato demonstrava uma estrutura que sugeria a perpetuação das respostas, anulando novas interpretações e a atualização de métodos e processos. Por certo esta revisão conceitual foi imposta pela tendência a globalização da economia mundial, as novas tecnologias meios de difusão de novos recursos humanos e que sugerem crescente demanda por competitividade.

Ainda quanto ao contexto das exigências impostas pela globalidade, existe um desafio complexo, pelo fato de que os componentes envolvidos sejam eles de ordem econômica, política, sociológica dentre outros.

Nesse sentido, as instituições que organizam estes programas, currículos e materiais para que professores mobilizem recursos pedagógicos com base nos currículos propostos e promovam oportunidades de aprendizagem, no sentido de que os educandos se apropriem do que é necessário para o desempenho profissional, e que este, não ser o papel desse professor que educa para o trabalho e a vida cidadã, no contexto da Educação Profissional contemporânea.

O professor da educação técnica é um profissional que optou por ser professor, ou seja, além dos conhecimentos disciplinares acerca do mundo do trabalho, e dos conhecimentos disciplinares que detém, aprendeu, em bases científicas, a ensinar o que sabe fazer (REHEM, 2009). Pressupondo que requer formação docente, além da formação disciplinar e da experiência no mundo do trabalho, para que desenvolva, com competência, a educação para o trabalho, para conduzir pessoas no processo de aprender a trabalhar. Educar para o trabalho pressupõe tomar o trabalho com princípio educativo.

Considerando que, na modalidade de educação focalizada, a natureza fundante do trabalho dá as referências para o processo de formação, a hipótese com que trabalhamos é a de que educar para o trabalho deve implicar na formação integral do homem, mesmo tomando o trabalho como foco do processo formativo. Ainda que se considere a atividade econômica como a razão de ser da existência da Educação Profissional, sua entrega não de ser reduzida a esta. Neste aspecto as demandas do setor produtivo e autonomia do setor educacional demonstram tensão entre estas esferas sociais.

Para Rehem (2009) a inserção, em uma visão geral, de um sistema de Educação Profissional (EP) deve compor quatro elementos primordiais que se entrelaçam e dialogam, objetivando uma formação profissional específica: organização curricular, recursos humanos, recursos metodológicos e infra-estrutura.

A formação de perfil da EP está associada ao conceito de que não basta ensinar técnicas e procedimentos sobre como fazer (*know how*), associadas a fundamentos científicos descontextualizados.

O docente desta área deverá deter a capacidade de integrar teoria e prática, deste modo, podemos exemplificar teorias através de exemplos práticos de experiências em cada área, e assim proporcionar ao aluno a construção de conhecimento frente à realidade, em outras palavras, ensinar a produzir suas próprias respostas através do raciocínio de modo a solucionar problemas inusitados ou rotineiros.

Torna-se importante colocar em evidência que estes profissionais devem pensar seus ofícios como um serviço a ser prestado, quer esteja direcionado a clientes externos, quer para clientes de dentro da própria instituição, vinculado à produção fabril ou não, em setores automatizados ou não.

Em conclusão, a autora sugere um desenho de itinerário formativo, estruturado a partir de três conceitos basilares; os saberes pedagógicos, saberes disciplinares e saberes dos processos produtivos, em torno de cinco campos de competências integrantes do perfil profissional do professor de educação técnica, apoiados na concepção do ensino prático reflexivo para formar o professor profissional (REHEM, 2009).

Compreendido que atualmente aos docentes, na maioria das vezes, não dispõem de qualquer formação específica para o ensino profissional, a autora apresenta uma proposta de capacitação direcionada destes docentes, especificamente visando à formação profissional, nomeando este processo como sendo a construção do processo “aprender a ensinar”. Podemos salientar que a concepção apresentada pela autora é uma sugestão crucial ao sucesso desta modalidade de ensino, e sem dúvida de extrema importância ao sistema de Educação Profissionalizante.

2.6 Currículo integrado nos Institutos Federais

A articulação com práticas educativas no processo de ensino e aprendizagem tornou a escola um espaço de reconstrução, por meio de projetos e começou a posteriori a ter a Educação Profissionalizante e a profissionalização realizada por cursos conforme com a vocação para prosseguir no mercado de trabalho. Na verdade, para se chegar a esses objetivos, o currículo articulou práticas educativas que possam contribuir para a aprendizagem (MARTINS, 2002).

O currículo evidenciou em sua aplicação, o poder de quem comanda a sociedade, como também, o perfil da cidadania que quer uma formação de qualidade evitando evasões escolares e repetições. Conceituando currículo integrado, Ciavatta (2005) afirma que no seu núcleo básico o trabalho, a ciência e a cultura, consistindo na integração da educação geral com a Educação Profissional, buscando enfocar o trabalho como princípio educativo.

Para o estabelecimento de um vínculo mais orgânico entre a universalização da Educação Básica e a formação técnico-profissional, implica resgatar a Educação Básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto, uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas (FRIGOTTO, 2007, p. 1144).

De fato, com o currículo e escola a posição educacional aponta para a possibilidade da construção de planejamento que se consolida nas escolas. O foco foi a possibilidade de construção de um projeto educacional para a sociedade através do currículo integrado nas escolas.

Como discurso central, dentre os elementos relevantes da EP, programas de reforma educacional, tem se baseados apenas na organização curricular, não ponderando as ações correspondentes na construção de recursos humanos e no desenvolvimento de recursos metodológicos. Esses requisitos apresentam insuficiência para se extrair resultado esperados (CIAVATTA, 2012). Neste contexto, a competência profissional deve dialogar em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, ligada a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação: valores, conhecimentos e habilidades para exercer a EP.

A viabilidade da construção educacional por meio do currículo se encontra na materialização do planejamento educacional. É uma ação que envolve a dimensão histórica destes sujeitos em sua atuação educacional, seja na sociedade, ou mesmo nos interesses do educacional são de extrema importância.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, encontramos os princípios gerais da educação, bem como as finalidades, os recursos financeiros, os direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Abreu e Macia (2018, p. 93) assim se referem a essa Lei:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/1996, elaborada num período em que o Brasil passava por uma intensa implantação de políticas neoliberais e forte pressão dos organismos financeiros internacionais aos países periféricos, no que se refere ao enxugamento dos gastos públicos, a referida lei acabou se transformando num arranjo neoliberal, abrindo enorme espaço para a rede privada de ensino, ao valorizar o desenvolvimento de competências relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e ao mundo do trabalho, deixando brechas para se preservar os interesses do estado e das grandes empresas.

Com relação aos currículos a base segue as orientações da Lei de Diretrizes e Bases e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Com isso, visa-se contemplar o percurso formativo com um desenvolvimento holístico do aluno nas esferas intelectuais, física, nas relações de afeto, no âmbito social, quanto aos aspectos éticos e morais e na dimensão simbólica. Sobre o assunto, importante mencionar:

[...] o currículo do ensino médio integrado – destaca a organização do conhecimento como um sistema de relações de uma totalidade histórica e dialética. Ao integrar, por um lado, trabalho, ciência e cultura, têm-se a compreensão do trabalho como mediação primeira da produção da existência social dos homens, processo esse que coincide com a própria formação humana, na qual conhecimento e cultura são produzidos. O currículo integrado elaborado sobre essas bases não hierarquiza os conhecimentos nem os respectivos campos das ciências, mas os problematiza em sua historicidade, relações e contradições (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 309-310).

Ademais, destaca-se que a base e os currículos são inerentes ao processo de ensino e aprendizagem dos temas elementares e que é essência segundo o documento, pois somente pode haver a materialização do aprendizado quando ocorrer às ações do currículo na prática (BRASIL, 2017). Todavia, como bem afirma Frigotto (2009, p. 5) ainda “não encamparam nem teórica e nem politicamente a proposta do integrado”.

Ciavatta (2005) afirma que para que o currículo integrado seja praticado em prol de uma formação integrada e humanizadora é necessário que alguns pressupostos sejam atendidos:

1) projeto social, distanciando-se de uma formação meramente para o mercado de trabalho; 2) manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a Educação Profissional em todas as suas modalidades; 3) adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e da formação específica; 4) articulação da instituição com os alunos e os familiares; 5) compreender que o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa, não podendo ocorrer sob o autoritarismo; além da garantia de bons investimentos na educação.

[...] a escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo” em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 1991, p. 123).

Todas as decisões devem alinhar-se com o que propõe a base quanto a contextualização em que se dá o processo de ensino e aprendizagem, haja vista que deve predominar toda a realidade e perfil do alunado alvo, bem como caráter autônomo das instituições de ensino, sendo o principal objetivo do currículo integrado a formação humana. Para tanto, Araújo e Frigotto (2015, p. 75) afirmam ser necessário que “práticas pedagógicas que priorizem o trabalho coletivo, ao invés do trabalho individual devem, portanto, ser valorizadas, sem que isso signifique o abandono de estratégias de ensino e de aprendizagem individualizadas”.

Ressalta-se que as decisões são frutos do engajamento familiar e comunitário e que tem como principais ações: contextualizar os conteúdos de forma a tornar o aprendizado significativo, gerir o ensino e aprendizagem de modo interdisciplinar; individualizar o ensino conforme a necessidade de determinados grupos ou alunos em si; gerar envolvimento e engajamento dos alunos no processo de aprendizagem; aplicação de avaliações contextualizadas; implementar recursos didáticos tecnológicos; disponibilizar formação docente continuada e aplicar procedimentos permanentes acerca de gestão pedagógica na esfera das instituições e sistemas de ensino.

2.7 O IFFar – SVS no Desenvolvimento Regional

Por desenvolvimento regional entende-se o desenvolvimento de determinado local proporcionado por suas atividades.

De acordo com Buarque (2006) trata-se de um processo endógeno que se utiliza da capacidade, das oportunidades e potencialidades locais, impulsionando o dinamismo econômico. Sobre o desenvolvimento regional, Albuquerque e Llorens (2001, p. 77) citam que:

[...] não é o desmantelamento do Estado que nos levará ao desenvolvimento, mas sim a definição de uma “nova agenda” de ações articuladas com o setor empresarial e o conjunto da sociedade civil territorial (trabalhadores, instituições financeiras, universidades regionais, centros de consultoria e pesquisa científica, organizações não-governamentais de desenvolvimento etc. [...]).

Assim, na opinião dos autores, o desenvolvimento regional se dá pela própria sociedade civil e sua atividade econômica, podendo, portanto, afirmar que o comércio internacional influencia no desenvolvimento regional.

De acordo com Albuquerque e Llorens (2001) o desenvolvimento regional é constituído de diferentes dimensões: Dimensão econômica: competição no mercado e capacidade dos empresários em se organizar no mesmo; Formação de recursos humanos: adequar os conhecimentos às necessidades locais; Dimensão sociocultural: relacionada ao autodesenvolvimento das empresas locais; Dimensão político-administrativa: criação de “entornos inovadores”, ou seja, o apoio público visando parcerias público-privadas com empreendimentos; e Dimensão ambiental: relacionada à sustentabilidade local.

Assim, compreendendo o que vem a ser o desenvolvimento regional é possível dizer que institutos que visam a promoção da educação são fundamentais nesse processo, quando se aliam a profissionalização dos indivíduos, no mínimo espera-se um impacto nos resultados. De acordo com Mourão (2015), independente do recorte disciplinar, próprio de cada área do conhecimento, o discurso se desenvolve unissonante, especialmente quando se refere à atual perspectiva de Desenvolvimento Regional, cuja emergência é contextualizada no processo de globalização. Considerando o contexto acima, os conceitos de desenvolvimento regional sustentável, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial surgem para contemplar os aspectos sociais e ambientais bem como atenuar os efeitos selvagens do capitalismo.

Em 13 de novembro de 2002, através do Decreto Presidencial foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET/SVS) (BRASIL, 2002).

No ano de 2008, houve a política de criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, com o crescimento do processo educacional para um ensino integrado, unitário e transformador. Segundo Pacheco et al (2010, p.15), a Rede dos Institutos Federais, apresenta em seus princípios, o desafio de:

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana [...]. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e uma participação qualitativamente superior nele.

Os Institutos Federais tiveram papel essencial na concepção das políticas públicas para a Educação Profissional, buscando a integralidade, com o compromisso na promoção da igualdade na diversidade social, econômica e cultural. Para Pacheco (2011) a Educação Profissional e tecnológica foi considerada fundamental no desenvolvimento e progresso socioeconômico do país.

Nesse histórico, o Campus São Vicente do Sul passou a fazer parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), que é formado pela Reitoria, com sede em Santa Maria, e onze *campi*, centros de referência e pólos de educação a distância.

O Campus São Vicente do Sul tornou-se uma instituição de ensino superior, tecnológica e básica, que se destaca na Educação Profissional e tecnológica, com a oferta de cursos técnicos integrados a estudantes que já concluíram o Ensino fundamental, em uma região de economia predominantemente agropastoril e estabelecendo uma ligação muito próxima com a comunidade e a região.

O Campus São Vicente do Sul é componente das Escolas Técnicas Federais, que teve início no ano de 1909 com a criação de 19 escolas de aprendizes e artífices, fazendo com que houvesse uma absorção de pessoas que não tinham acesso ao ensino formal e tradicional, fornecendo mão de obra para a agricultura e indústria. Com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices e também de Ensino Agrícola, surge uma formação diferenciada da que até então era uma educação propedêutica direcionada somente às elites.

As ordens religiosas que aqui aportaram logo após o descobrimento do Brasil protagonizaram a educação apenas para as famílias abastadas, preparavam os alunos para serem dirigentes das empresas que em sua maioria eram familiares. O que existia até então era educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes.

Já a Educação Profissional, de acordo com Moura (2007), tem em sua origem uma perspectiva assistencialista, visto que tinha o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, atender aqueles que tinham condições econômicas e sociais insatisfatórias.

Ainda seguindo o raciocínio de Moura (2007), nas décadas de 40 e 50, as escolas foram direcionadas para o segmento técnico e industrial, uma vez que o país estava em um processo de industrialização muito acelerado, como uma das consequências do pós-guerra.

Neste período, as então Escolas Industriais e Técnicas passam a ser autarquias tendo autonomia de gestão e didática, e, por consequência, passam a formar técnicos, com mão de obra qualificada para o processo de industrialização do país ora em curso.

Ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.892, de 29/12/2008, os institutos federais são instituições de educação superior, básica, profissional, pluricelulares e multicampi, especializadas na oferta de Educação Profissional e tecnológica. Nesse sentido, Ramos (2014) afirma que:

Cabe destacar, também, a expansão da rede federal de educação tecnológica, juntamente com a ampliação de suas funções para o ensino superior, integrado com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico. Tal ampliação se institucionalizou por meio da criação dos Institutos Superiores de Educação, Ciência e Tecnologia, no que vários CEFETs e Escolas Técnicas foram transformados, nos termos da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas (RAMOS, 2014, p. 79).

Dentre as finalidades e características dos institutos federais está a oferta de Educação Profissional e tecnológica, primando pelo desenvolvimento do processo educativo, atendendo assim às demandas da sociedade e também da região onde se insere, atuando de forma integrada. Nestes quase 60 anos de história, o Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul, atravessou muitos acontecimentos, porém sempre procurou cumprir seu papel social de estar ao lado da sociedade no sentido de proporcionar o ensino técnico profissional de qualidade, fomentando o desenvolvimento local e regional. Nessa perspectiva, Pacheco (2010) afirma:

O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento. Assim, os Institutos revelam-se, espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros (PACHECO, 2010, p. 18-19).

2.8 IFFAR-SVS: de Escola de Iniciação Agrícola a Campus do Instituto Federal

Nesta sessão, traçamos uma correlação, utilizando uma trajetória da linha do tempo, desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices nos Estados brasileiros, em conjunto com a autorização da Escola de Iniciação Agrícola, perfazendo o caminho da evolução na Educação do Brasil, quanto ao Ensino Profissionalizante e posteriormente a expansão da Rede Federal de EPT evoluindo, com ênfase aos cursos superiores e caracterizando os IFTs como instituições de ensino superior pluricurriculares com oferta especializada em EPT em diferentes níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, aqui, elencará os principais acontecimentos do Campus São Vicente do Sul e o que propôs o Ministério da Educação no Brasil, ao longo de sua existência, de forma objetiva, reconhecendo a importância da instituição como promotora da Educação Profissional científica e tecnológica, tendo como objetivo maior a formação do cidadão de forma integral.

Assim, no Brasil República, uma das medidas estabelecidas pelo governo brasileiro, foi o Decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, pelo Ministério da Educação. As escolas de aprendizes artífices foram criadas pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

Figura 1: Decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices



Fonte: Adaptado do Ministério da Educação - Funarte (2023)

Assim, em 1954, foi autorizado a construção da Escola de iniciação Agrícola de São Vicente do Sul – RS, sendo neste mesmo período, lançada a pedra fundamental da Escola de Iniciação Agrícola (Figua 2).

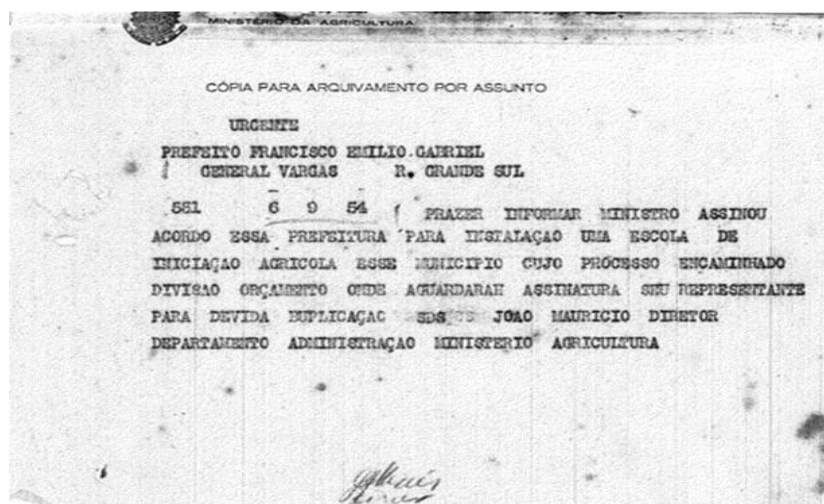
Figura 2: Lançamento da pedra fundamental da então futura Escola de Iniciação agrícola



Fonte: Acervo fotográfico Campus São Vicente do Sul (1954)

Com isso, o documento do Ministro da agricultura (Figura 3), deu autorização para intensificar gradativamente a formação de técnicos, assim, no rio Grande do Sul, a mão de obra qualificada foi indispensável diante da aceleração do processo de industrialização, confirmando a abertura Campus São Vicente do Sul uma Escola de iniciação Agrícola.

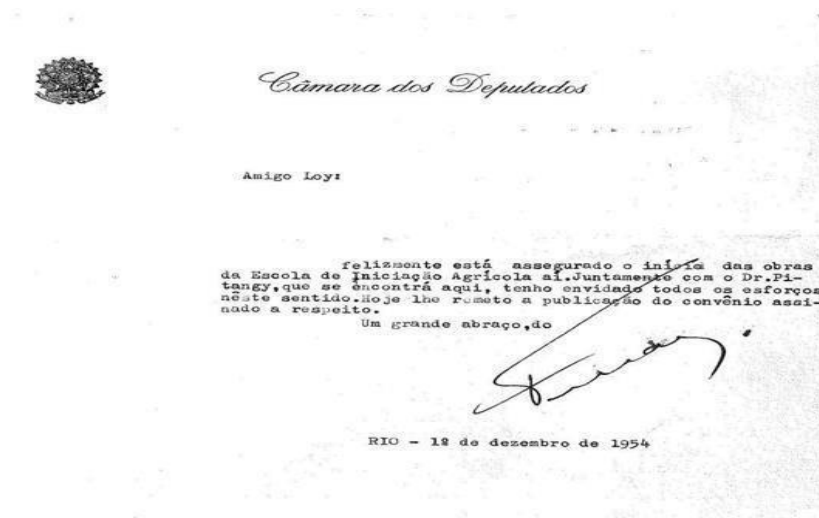
Figura 3: Documento do Ministro da Agricultura confirmando a instalação da Escola de Iniciação Agrícola



Fonte: Acervo fotográfico Campus São Vicente do Sul (1954)

O Deputado Fernando Ferrari, ainda no ano de 1954, autorizou o início das obras (Figura 4), fazendo convênio com o Ministério da Educação.

Figura 4: Documento do Deputado Fernando Ferrari



Fonte: Acervo fotográfico Campus São Vicente do Sul, 1954

Em 1955, fica pronto o primeiro prédio administrativo da Escola de Iniciação Agrícola (Figura 5), chamada de Escola Agrícola General Vargas (Figura 6). Só em 1959 que iniciou o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias, com autonomia didática e de gestão passando a se chamarem Escolas Técnicas Federais, isso ocorre por causa da velocidade da industrialização no Brasil na década de 50.

Figura 5: Primeiro prédio administrativo da Escola de Iniciação Agrícola



Fonte: Acervo institucional de Valtemir Iver Capelari Bressan (1955)

Figura 6: Pórtico de entrada da Escola Agrícola General Vargas



Fonte: Acervo institucional de Valtemir Iver Capelari Bressan (1955)

Entre 1970 e 1975 o Colégio Agrícola oferecia o Curso Técnico Agrícola em nível secundário. Em 1973, a habilitação denominar-se Técnico em Agropecuária. Assim, na década dos anos 70, o Brasil faz opção pela aceleração do crescimento econômico consubstanciada no II PNDE, período esse também destacado pelas transformações políticas significativas, no que diz respeito a educação profissional. Houve, neste mesmo ano a ampliação no campus, do Prédio administrativo da Escola Agrícola Federal (Figura 7).

Figura 7: Ampliação do prédio administrativo da Escola Agrícola Federal em 1970



Fonte: Acervo institucional Valtemir Iver Capelari Bressan (1970)

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) transforma, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau em técnico profissional, reflexo desse momento histórico.

No Brasil, no final dos anos 80 e início da década de 90, o país estava sendo castigado pelas altas inflacionárias de produtos e serviços oitenta e início dos anos noventa são também marcados pela disparada inflacionária, reflexo imediato do crescimento e desordem econômica, trazendo frustração as contratações que foram projetadas em massa para novos técnicos em indústrias.

Em 28 de fevereiro de 1985, no Decreto Nº 91.005, o Colégio agrícola e coordenado pelo Ensino Agrícola (Coagri) (Figura 8) desligando-se da UFSM, passando a se chamar Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul (EAF - SVS).

Figura 8: Coordenação de Ensino Agrícola (Coagri) em 1985



Fonte: Arquivos do Nucleo de Memória do IFRS. <https://memoria.ifrs.edu.br/>, 1985.

Apartir do Decreto N° 93.313 de 21 de novembro de 1986, a Coagri é extinta, tornando-se Secretaria de Ensino de 2º Grau, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Assim, a promulgação da Lei nº 7.044/827, modifica os dispositivos da Lei nº 5.692/71, trazendo exigências para a profissionalização no ensino médio, assim, o campus ampliou mais uma vez, com a construção do Prédio do Refeitório da Escola Agrícola Federal (EAF- SVS) na década dos anos 80 (Figura 9).

Figura 9: Prédio do Refeitório da Escola Agrícola EAF -SVS



Fonte: Acervo institucional. Autoria desconhecida (1980)

Em meados dos anos 90, as Escola Agrícolas Federais (EAFs) passaram por algumas modificações na sua estrutura curricular, o Governo Federal faz uma estruturação no Ministério da Educação e Cultura, pautado na pedagogia institucional. O Decreto Nº 99.180 institui a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec).

Em 1994, a Lei Federal nº 8.984 estabelece no Brasil o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando-se em Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e alarga o percurso para que as Escolas Agrotécnicas Federais, efetivando de fato em 1999. Com a criação da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, transforma as EAFs em Autarquias Federais e com isso tornam-se autônomas com o Decreto Nº 2.548, de 15 de abril de 1998, foi aprovado o regimento geral das EAFs, o qual determinava que cada instituição elaborasse sua própria regulamentação.

Em 2002, a EAF-SVS foi credenciada como CEFET, tomando a denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul. O campus SVS ampliou seu Centro construindo um departamento para moradia (Figura 10).

Figura 10: Moradia Estudantil CEFET-SV



Fonte: Acervo institucional (2002).

A expansão da Rede Federal de EPT evolui a partir de 2003, com ênfase aos cursos superiores e caracterizando os CEFETs como instituições de Ensino Superior pluricurriculares com oferta especializada em EPT em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Regulamento interno da CEFET-SVS entra em vigor em 1998, pela portaria nº 966 do MEC, sendo denominadas Unidades Educativas de Produção (UEPs), adquirindo uma área de 235 hectares, distante 15 quilômetros da sede SVS (fazenda-escola), agregando também o Prédio da Biblioteca (Figura 11).

Figura 11: Prédio da Biblioteca CEFET – SVS



Fonte: Acervo institucional. Autoria desconhecida (2003).

Ainda nesse sentido, o CEFET-SVS participou de forma ativa nas ações promovidas pelo MEC e Semtec, agregando a criação do IFFar através da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, transformando-o em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Assim, a CEFET – SVS (Figura 12) passa a ser intitulada IFFar – SVS (Figura 13).

Figura 12: Prédio CEFET – SVS no final da década dos nos 90



Fonte: Acervo institucional. Autoria desconhecida (1999).

Figura 13: Prédio Campus IFFar – SVS atualmente



Fonte: Acervo institucional (2022)

O IFFar-Campus SVS conta com área total de 332 hectares, sendo 97 hectares na sede e 235 hectares na Fazenda- Escola (Figura 14). Na sede, ocorrem as atividades administrativas e didático-pedagógicas (Figura 15).

Possui estrutura física e patrimonial com laboratórios, biblioteca, ginásio de esportes, quadra poliesportiva, academia de esportes e ao ar livre, centro de convivência, auditórios, moradia estudantil masculina e feminina, refeitório, agroindústria, Fazenda-Escola, entre outros, o campus atende as demandas sociais e econômicas inerentes a sua região, respeitando suas vocações, especificidades culturais e regionais, promovendo a inclusão e transformação através dos saberes, do conhecimento e das práticas educativas.

Figura 14: Vista aérea do Campus SVS – IFFar atualmente



Fonte: Acervo institucional (2023)

Figura 15: Prédio da Reitoria do IFFar atualmente



Fonte: Acervo institucional (2023)

Os Institutos Federais trouxeram comprometimento com a comunidade do entorno atuando maciçamente em projeto para a sociedade em curso no Brasil. Vislumbra-se que a educação profissionalizante promove transformação e enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social. Entende-se também, que a economia local ganha “força”, pois profissionais qualificados são enquadrados dentro das especificações de habilidades industriais e agrícolas.

Ao que tange o desenvolvimento local e regional, os Institutos Federais atuam na perspectiva da construção do ser humano, sem perder o foco no “todo”, educação e cidadania. Assim, o desenvolvimento local e regional enquadra-se nas políticas públicas para o processo de desenvolvimento socioeconômico. Os Institutos Federais estão situados em um espaço geossocial, dentro do contexto do capitalismo globalizado: preparar o indivíduo para lidar com a competitividade.

Para que um indivíduo esteja preparado ser instrumento de produtividade, em um ambiente comercial, industrial ou agrícola, a competitividade torna-se dependente das condições oferecidas nos lugares, assim, ter uma formação profissional, acaba capacitando-o para essas demandas de competências. Atualmente, o Instituto Federal Campus São Vicente do Sul – IFFar, revelam-se instrumentos ao desenvolvimento local e regional, como também para a mudança da qualidade de vida dos alunos.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º LDB Lei nº 9.394/96). Os processos formativos, citados na LDB nº 9.394/96, tem sua relação com os projetos educacionais de forma expressa.

Assim, percebe-se que essa base legal verbaliza que a construção de conhecimento e principalmente a educação se desenvolve em todos os momentos do cotidiano pertencentes a todos os estudantes, professores e comunidade do entorno da instituição.

3 METODOLOGIA

3.1 A Pesquisa

Pesquisar possibilita indagações e questionamentos, e envolvendo a capacidade de criar, unindo à teoria e prática. É no estudo da realidade que o pesquisador tem a possibilidade de dar sentido a estudos sobre universos sociais. Quanto à natureza de seu objeto, o presente estudo encontra-se no âmbito da pesquisa qualitativa, na qual o estudo de natureza interpretativa e subjetiva da realidade, ou seja, segundo Martínez et al. (2019, p. 39) “trata de aproximações com a epistemologia qualitativa e a metodologia construtivo-interpretativa.

Na abordagem qualitativa, buscou os significados da instituição Campus São Vicente do Sul “em uma realidade socialmente construída” (MOREIRA, 2009, p. 6). Em relação aos procedimentos técnicos, que foram utilizados, foi possível estabelecer a classificação dessa pesquisa como sendo do tipo bibliográfica e estudo de caso, onde a abordagem do problema, foi do tipo qualitativa.

De acordo com Richardson (2007), as investigações do tipo qualitativas vêm sendo utilizadas em pesquisas complexas ou particulares, com o intuito de descrever a complexidade vislumbrada, servindo, também, para analisar a interação existente entre determinadas variáveis, contribuindo para a promoção de mudanças em um determinado grupo, bem como para compreensão dos processos dinâmicos existentes nos grupos sociais. Sobre esse tipo de abordagem, a lição de Lakatos e Marconi (2011) é feita no seguinte sentido:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 269).

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 16), a pesquisa qualitativa contempla estudos que são “[...] ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”. Conforme os autores trata-se de dados que normalmente são selecionados a partir de contexto naturais, sem que se levante ou tente medir variáveis ou comprovar hipóteses, buscando evidenciar as várias perspectivas dos sujeitos, bem como os fenômenos contemplados em sua complexidade (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, Santos (1999) afirma que uma das características de um bom trabalho é uma descrição detalhada. Para Noronha e Ferreira (2000), esta inter-relação entre as partes contribuiu significativamente para consecução de um estudo confiável e preciso.

Conforme Andrade (2003), a pesquisa bibliográfica é utilizada para explicar um problema, a partir de referenciais teóricos já publicados. Por sua natureza, pode ser realizada de forma independente ou como parte de uma pesquisa descritiva, objetivando conhecer e analisar as contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema.

Em complemento, Barros (2002, p. 64) considera que “a pesquisa bibliográfica representa grandes contribuições culturais ou científicas sobre determinado assunto, tema ou problema”. Entende-se que a pesquisa bibliográfica é a que é feita, segundo Vergara (2013, p. 48), afirma: “com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Conforme disposto por Lakatos e Marconi (2011), é possível identificar oito fases distintas na pesquisa bibliográfica: a primeira, de escolha do tema; a segunda, de elaboração de um plano de trabalho; a terceira, de identificação do estudo; a quarta, de localização dos dados (compreende o processo de busca e coleta de dados, portanto); a quinta, de compilação dos dados reunidos; a sexta, de fichamento; a sétima, de análise dos dados e de sua interpretação; e a oitava, da redação propriamente dita.

Este estudo é classificado como descritivo puro e qualitativo, e foi dividido em duas partes distintas. A primeira parte foi a busca pelos subsídios para a compreensão da temática e desenvolvimento da parte teórica, a partir de estudo bibliográfico e a segunda envolveu um estudo de caso no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul (IFFar-SVS). Para a investigação das questões, foram aplicadas nesta pesquisa, levando em consideração as orientações de Minayo (2002, p.43):

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para a análise dos dados.

O estudo teve por finalidade o caráter exploratório, pois foi criada familiaridade com a historicidade e memórias do Campus São Vicente do Sul.

Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória é utilizada quando não se detém conhecimento suficientemente sobre o tema, precisando de dados e/ou informações para compor o estudo para o fenômeno social. Neste sentido, o estudo precisa de dados e/ou informações para compor o estudo para o fenômeno social, no caso, trazer explicações quanto à cultura e memória de um patrimônio. Outra finalidade da pesquisa foi o seu caráter explicativo, por sua vez, será baseada em experimentos, na qual deverá envolver criação e explicação de determinada teoria, afirma Gil (2011).

Assim, neste estudo, foi trazido, para explanação da pesquisa, o Conhecimento Científico e o Senso Comum (conhecimento empírico). O conhecimento científico, segundo Fachin (2003), deve ser tecido a partir de observações e experimentos, na qual, caminha por um processo de metodologia com critérios. Já o senso comum ou conhecimento empírico, trata-se do conhecimento elaborado a partir das experiências de vida, fundamentando-se em intuição ou observações reais. É interessante que se faça uma ligação entre conhecimento científico e senso comum, pois um deve ser a extensão do outro, ou seja, o indivíduo deve relacionar o que aprendeu em seu cotidiano com experimentos que comprovem seu aprendizado. Para que se possa articular teoria do conhecimento e metodologia da pesquisa, se faz importante que cada um seja abordado de forma detalhada para que, em seguida, se faça tal articulação.

A teoria do conhecimento, como o próprio nome já sugere, trata-se da busca pela solução de problemas através do estudo da origem, da estrutura, dos métodos e da veracidade do conhecimento, sendo indispensável à ciência que, de acordo com Giddens (2005), se trata do emprego de métodos sistemáticos de investigação empírica, analisando-se dados de pensamentos teóricos e avaliando a lógica dos argumentos, buscando-se o desenvolvimento de um conhecimento a respeito de um tema.

Definindo pesquisa, Minayo (2010) entende ser uma atividade que busca a descoberta da realidade, por meio de uma combinação entre teoria e dados, no qual se estabelece um diálogo crítico e criativo. Minayo (2010) sustenta que a Metodologia revela o procedimento de explicação detalhada, minuciosa, exata e rigorosa de toda a ação que é desenvolvida no método (caminho) seguido nos trabalhos de pesquisa.

No presente estudo bibliográfico, desta pesquisa, foram consideradas as informações do IFFar-SVS, com vistas a analisar a contribuição social e econômica, da referida instituição, para a comunidade local e regional, e para elaboração de um produto educacional com informações relativas à trajetória da instituição, neste sentido, Triviños (1987) menciona o significado dos dados, percebendo o fenômeno dentro do seu contexto é a caracterização da pesquisa qualitativa, o autor explica:

(...) uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p. 132).

3.2 Processo de coleta dos dados

A coleta de dados, segundo Lacerda (2012), é definida como o procedimento de coleta, medição e análise de *insights* precisas para pesquisa usando técnicas padrão validadas. Um pesquisador pode avaliar sua hipótese com base nos dados coletados. Na maioria dos casos, a coleta de dados é o passo principal e mais importante para a pesquisa, independentemente do campo de pesquisa. A abordagem da coleta de dados é diferente para diferentes campos de estudo, dependendo das informações necessárias.

O estudo buscou a iconografia como objeto de estudo, onde Mauad (2016, p.35) descreve que a: “limitação das fontes escrita seria superada pelo uso das fontes figurativas, meio pelo qual as representações imaginárias circulariam”. E aproximando arte visual e história, deve-se trazer a posição de que “toda arte é histórica, portanto, toda imagem possui uma historicidade fundamentada em uma prática cultural e social.

Os fatos sociais, as experiências do cotidiano também contribuem para a interpretação da imagem, assim, usou-se o documental da imagem, não apenas como ilustração. Para esse estudo foi importante saber fazer uma crítica da fonte, como destaca Peter Burke (2001), tentando identificar possíveis manipulações das fotos, suas posições, prestando atenção à mensagem e ao remetente e o que pretendem repassar para o pesquisador na hora de sua leitura.

Nesse contexto, o campo da visualidade – iconografia – pode ser, sim, usada como fonte histórica, integrada a diferentes campos de estudos – sociologia, antropologia – e serviu de aporte para embasar a presente pesquisa, baseada na análise de fotografias.

A fim de delimitar o estudo, foi trazida uma investigação empírica, que segundo Gil (2011), trata-se da busca por fontes impressas e dados fornecidos por instituições, neste sentido, a pesquisa procede de forma bibliográfica e documental, na qual se vale de informações existentes, respaldada por levantamento de material já publicado.

Este trabalho abordou o tema por meio de pesquisa documental, utilizando o acervo disponível no campus e diálogos com servidores, alunos, ex-alunos, ex-servidores e comunidade. A utilização da pesquisa documental, lançou mão de fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente. Os documentos analisados, alguns atuais ou outros antigos, foram usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história. Por essa razão, é um tipo de pesquisa bastante utilizado nas ciências sociais e humanas.

O processo de coleta de dados foi realizado em duas etapas: a) Questionário estruturados com os servidores da instituição, estudantes da instituição e membros da comunidade a partir do *Google* Formulários; b) Análise documental em arquivos da instituição.

3.2.1 Questionário online

A primeira etapa da pesquisa foi caracterizada pela aplicação de um questionário, via *Google Forms*, elaborado juntamente com o grupo de pesquisa, tomando como base os objetivos de estudo. Como bem afirma Gil (2016, p. 103):

A elaboração do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Para tal levar-se-á em conta regras práticas incluindo questões preferencialmente fechadas, claras, precisas, em número limitado, relacionadas ao tema proposto.

Os participantes da pesquisa foram buscados nos Registros Escolares e na Gestão de Pessoas e de egressos da instituição, seus e-mails foram coletados para que o link do questionário fosse enviado, explicando a pesquisa e a importância de sua participação. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) está presente no link do questionário, para iniciar as respostas, foi necessário que os participantes concordassem com a pesquisa.

As questões foram elaboradas com vista a conhecer as vivências e experiências, assim como a trajetória formativa durante a permanência na Instituição de ensino. No segmento estudantes, foram enviados para 20 e 18 responderam; no segmento servidores foram enviados para 10 e 5 responderam; no segmento comunidade, foram enviados para 10 e 3 responderam.

Para trazer mais fundamentação para os resultados e discussão ao estudo, deve-se fazer entrevistas como dispositivos de construções de dados. Segundo Rosa; Arnoldi (2004), um entrevistador/pesquisador deve conduzir a entrevista de maneira confortável e ética, devendo sempre: “fazer com que a Entrevista se limite aos princípios científicos e justifique as possibilidades concretas de responder a incertezas (...)” (p. 37). De acordo com Duarte (2004), Lüdke e André (1986), deve-se questionar qual o dispositivo ideal para a realização da investigação científica, considerando a especificidade de um trabalho de campo? E de que modo esse modelo deve ser aplicado em pesquisas qualitativas?

(...) ao realizar a investigação científica através do método qualitativo à luz do enfoque analítico histórico-cultural, não se investiga em razão de resultados, mas para construir e obter “a compreensão do comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”, correlacionado como contexto de que fazem parte. (Bogdan & Biklen, 1994, p. 16)

3.2.2 Fontes documentais

A pesquisa documental se baseou na análise de materiais que ainda não receberam o tratamento analítico, por se tratar de documentos de “primeira mão”, como documentos de arquivos, sindicatos, instituições, entre outros locais que geram documentos, como relatórios, tabelas, atas, pinturas, diário, projetos de lei, discursos, certidões, inventários e informativos (SANTOS, 1999).

As fontes documentais deste estudo foram documentos e legislações institucionais do IFFar-SVS, na qual buscou informações relevantes sobre a pesquisa realizada, com vistas a descrever a memória da instituição.

Na análise documental, foram utilizados os registros de informações e histórias sobre o IFFar-SVS, trazendo historiografia, nos quais foram: documentos textuais (impressos e manuscritos); documentos iconográficos (documentários virtuais). Segundo Marconi e Lakatos (2011), a representação dos dados ocorre através de técnicas quânticas de análise, afim de agilizar e esclarecer a visualização das relações entre as variáveis.

3.3 Participantes da pesquisa

Participaram desta pesquisa a comunidade acadêmica, formada por estudantes, servidores e os residentes da cidade, que possui estabelecimento comercial ou residências alugadas para acolher os estudantes e até servidores.

A pesquisa considerou uma amostra não probabilística, por saturação, pois alcançou o maior número possível de pessoas no questionário online, a ideia foi agregar o máximo de informações e histórias sobre a IFFar-SVS.

3.4 Análise dos dados

A partir dos dados que foram produzidos foi realizada a análise dos mesmos, a partir da Análise Textual Discursiva (ATD), que é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa, que são a análise de conteúdo e a análise de discurso (MORAES; GALIAZZI, 2006).

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

De acordo com Moraes (2003, p. 192), a ATD caracteriza-se como:

Um processo auto organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: a unitarização – desconstrução dos textos do corpus; a categorização – estabelecimento de relações entre os elementos unitários; e por último o captar de um novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada.

Assim, a Discussão Textual deve utilizar a unitarização, que segundo Moraes (2003), consiste num processo de desmontagem dos textos e implica em colocar foco nos detalhes e nas partes que os compõem. Da desconstrução dos textos surgem as unidades de análise, também denominadas de unidades de significado ou de sentido. Neste contexto, para tarzer a elaboração de categorias, utilizando a ATD, pode trazer, segundo Moraes e Galiazzi (2007): 1) Construções dedutivas (*Priori*) – produção textual categorizada pelo pesquisador a partir de teorias de fundamentação, anterior a análise. 2) Emergentes – produção textual categorizada a partir das construções teóricas indutivas e intuitivas, vislumbradas pelo corpus de análise.

Na elaboração dos argumentos, na aplicação de ATD, houve a seleção de recortes das informações empíricas para discutir a categoria de análise e apresentar os resultados na categoria *a priori* e emergente.

Para sustentar e discutir a categoria escolhida de análise construídas, foram selecionados recortes de alguns textos de: Estudantes (E); Servidores (S); os residentes da cidade, que possuem estabelecimentos comerciais ou residências alugadas (C). Esses textos permitiram a discussão, constituindo-se em amostras representativas dos resultados construídos.

Os recortes da pesquisa, coletadas por meio do questionário online, utilizando ATD, sendo esta metodologia fundamental para a verificação de critérios na elaboração de suas categorias, posicionando a unidade de significado, selecionando alguns critérios, segundo Galiazzi; Sousa (2019): 1) Quanto à abordagem; 2) Quanto ao foco em subáreas; 3) Quanto aos contextos de estudo; 4) Quanto ao tema ou assuntos utilizados para seu estudo.

Como forma de verificação desses critérios, foram criadas categorias com base na Análise Textual Discursiva: Acessar informações sobre oferta de cursos no IFFAR (Campus SVS); Descrever a importância do campus para cidade e região; Conhecimento da trajetória histórica do campus; Expectativa Acadêmica e Profissional; Contribuições da instituição para a vida profissional; Influência do campus na cidade e região; Aspectos sociais e econômicos mais relevantes dessa influência; Lembrança da implantação do Instituto Federal Farroupilha; Memória descritiva da Instituição; Percepção significativa de ter uma instituição de ensino técnico e superior na cidade.

Por conseguinte, também foi realizada a organização dos dados coletados e categorizados, agrupando-os por semelhanças e organizando-os em temas, o que possibilitou uma discussão dos resultados que respondam ao objetivo do estudo.

Para tecer o estudo foi elaborado a análise dos dados, que se deu da seguinte forma: leitura, descrição dos dados e construção do Quadro 1 da categoria dos estudos, na qual, segundo Carlomagno e Rocha (2016), deve-se criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo, pois precisam estar interligadas na fundamentação teórica escolhida, dialogando com os dados coletados durante a pesquisa. Por conseguinte, também foi realizado a organização dos dados coletados e categorizados, agrupando-os por semelhanças e organizando-os em temas, o que possibilitará uma discussão dos resultados que respondam ao objetivo do estudo.

Quadro 1: categorias dos recortes que compuseram a amostra final

Número de identificação	Categorias
I (E)	Acessar informações sobre oferta de cursos no IFFAR (Campus SVS) Descrever a importância do campus para cidade e região Conhecimento da trajetória histórica do campus Expectativa Acadêmica e Profissional
II (S)	Contribuições da instituição para a vida profissional Influência do campus na cidade e região Aspectos sociais e econômicos mais relevantes dessa influência
III (C)	Lembrança da implantação do Instituto Federal Farroupilha Memória descritiva da Instituição Descrever a percepção significativa de ter uma instituição de ensino técnico e superior na cidade

Fonte: Autor, 2024.

A presente pesquisa, teve categorias selecionadas para a análise dos dados coletados, norteadas pelos autores escolhidos, para a sustentação teórica, em consonância com os objetivos propostos. As subcategorias aparecem, seguidas, após os questionários e observações, encaixadas nas categorias pré-existentes assinaladas acima. Vale salientar que as categorias foram definidas baseadas nas perguntas e respostas empíricas previamente traçadas e as subcategorias explicadas na análise dos resultados, sendo as mesmas detalhadas, e seguindo na sequência textual.

O questionário apresentado para os participantes foi elaborado para três segmentos distintos, Estudantes (E); Servidores (S); os residentes da cidade, que possuem estabelecimentos comerciais ou residências alugadas (C).

E com questões diferenciadas, pois se resolveu fazer uma abordagem de acordo com as particularidades de cada um dos participantes, que são servidores, pessoas da comunidade e alunos, essa diferenciação é justificada pela referência e ligação que cada um tem em relação ao Campus.

Aos participantes do questionário on-line, os sujeitos da pesquisa, trabalhamos com três esferas de segmentos 1) Segmento estudantes: Enviados 20, 18 estudantes responderam o questionário. 2) Segmento servidores: Enviados 10, 5 servidores responderam o questionário. 3) Segmento comunidade: Enviados 10, 3 pessoas do segmento responderam o questionário. Tendo como norte a ATD, as respostas foram em um primeiro momento desmembradas, para que se pudesse compreender toda a gama de informações ali descritas pelos participantes, proporcionando um entendimento para a extração da essência das opiniões mencionadas nas respostas.

Na Categoria I (E): **Acessar informações sobre oferta de cursos no IFFAR (Campus SVS)**. Esta categoria inicial mostrou um foco de atenção em uma das etapas da ATD, a categorização emergente. Para embasar a elaboração dessa categoria, o marco normativo do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foi o norteador para produção do texto. A Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2008 (BRASIL, 2018), exige que a população em geral, possuam acesso a informações de ofertas sobre Cursos em Educação Profissional Técnica de Nível Médio em sua região ou cidade. Nessa produção analisada, a ATD possibilitou a categorização emergente, na qual foi construída pela leitura e impregnação dos textos de respostas I (E). As respostas dos estudantes, ao serem questionados sobre informações e oferta de cursos para formação profissional do IFFar - campus SVS, destacam o seguinte:

Tive acesso através da escola no ano de 2014, na época foi ofertado para mim o curso de técnico em agropecuária, porém não ingressei nesse período, vim a ingressar em 2020 no curso de Agronomia, e tive acesso pelas redes sociais e cursinho preparatório (E1)

Um servidor esteve na minha escola quando estávamos no 9º, divulgando a instituição. Na época não era muito falado, eram poucos da cidade que iam. Na nossa vez, foi uma turma grande e assim foi se difundindo.(E2).

Outros ainda destacam a questão das divulgações por mídias ou rede de amigos, como por exemplo:

Trabalho na instituição e tenho acesso a essas informações (E3); Obtive acesso a través das divulgações nas escolas do município (E4); Pelo site e rede social (E5, E9, E10, E11, E12).

Percebemos a importância dos meios de comunicação, pois proporcionam interações entre as relações humanas, uma vez que há uma presteza de acompanhar e divulgar informações. Também tivemos respostas enfatizando a questão da assistência estudantil, aspecto fundamental para que muitos consigam permanecer na instituição:

Resolvi ficar aqui para técnico e superior devido as políticas públicas de assistência estudantil (E9)

Prosseguindo, na Categoria I (E) **descrever a importância do campus para cidade e região**, mostrou um foco de atenção em uma das etapas da ATD, a categorização emergente.

Para embasar a elaboração dessa categoria emergente, houve a intenção de verificar como é a percepção de fato, dos estudantes, sobre a importância do ensino profissionalizante para a cidade e para a região na qual o campus está localizado. Abaixo, destacamos alguns relatos:

Sim, pois possibilita um estudo de qualidade para os jovens da região, muitas vezes já saindo para o mercado de trabalho, além de poderem conciliar com alguma atividade em casa no meio agrícola, alimentício.(E2)

Acredito que sim, pois sem ele os estudantes teriam que se deslocar para centros urbanos maiores a fim de prosseguir com a carreira acadêmica e, muitas vezes, isso não é financeiramente viável.(E3)

Acredito que seja essencial para o Município de São Vicente do Sul, que por ser uma cidade de pequeno porte, com população em sua maioria de baixa renda, o Instituto abrange públicos de outras cidades, fazendo com que aumente o consumo nos comércios locais, principalmente referente ao setor imobiliário e alimentício.(E4)

Muito importante! Tanto no sentido da educação gratuita e de qualidade quanto na questão econômica da cidade, os alunos consomem muito dos comércios locais e isso também ajuda no desenvolvimento econômico.(E7)

Sim. Contribuindo para a formação profissional da comunidade e região. Além auxiliar na economia em relação ao comércio da cidade e de turismo.(E5)

Sim, acredito! No âmbito do setor financeiro da cidade e região, o campus se torna muito importante para o desenvolvimento pela grande circulação de estudantes.(E1)

Nas respostas dos estudantes percebemos a valorização do IFFar - SVS para o desenvolvimento do município; crescimento econômico; educação de qualidade e gratuita, visando a inclusão social e o desenvolvimento sustentável local e regional. No entanto, notamos em algumas respostas a falta de compreensão entre “mercado” e “mundo para o trabalho”, bem como o destaque em “renda”, “lucratividade”, como mostraremos a seguir:

Sim, muito importante, tanto para formar pessoas necessárias no mercado de trabalho regional, como gera emprego e renda para pessoas do município (E10); Acredito que sim, pois gera pessoas com formação para algumas áreas, também gera lucratividade para o comércio local (E11).

O mundo do trabalho compreende o contexto que envolve a atividade humana do trabalho, incluindo os fenômenos, ambientes e relações. É um aspecto, que inclusive representa uma importante engrenagem na sociedade, afinal o trabalho e seus adendos reúnem a maior parte da atividade humana. Os Institutos federais, aqui especificamente o campus SVS, revelam-se, espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros.

Na Categoria I (E) **Conhecimento da trajetória histórica do campus**, mostrou um foco de atenção em uma das etapas da ATD, a categorização *a priori*, para embasar a elaboração textual, na qual houve a intenção de trazer o contexto da História e Memória de um lugar.

Assim, Jacques Le Goff (2013) enfatiza a necessidade de um povo ter relações intrínsecas com a história e com o tempo, (p. 04) enfatiza: “(...) com a duração, tanto com o tempo ‘natural’ e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades?”

As variadas sociedades e culturas lidam com um instrumento criado a séculos, essencial para trazer a memória dos acontecimentos, o calendário. Neste contexto, pode-se criar uma “ponte” entre história e memória. A dialética da história lida com valores que dialogam com o antigo/moderno, progresso/reação, em particular, a memória histórica do campus. Nessa produção analisada, a ATD possibilitou a categorização emergente, na qual foi construída pela leitura e impregnação dos textos de respostas I (E).

Em relação ao conhecimento sobre a trajetória histórica do campus, os sujeitos participantes destacaram, conhecer o CEFET antes da sigla institucional IFFAR:

Sei que foi instalado como escola agro técnica na década de 1960, ligado à Universidade Federal de Santa Maria, passou por trocas de nome e gestão até que foi designado a fazer parte do Instituto Federal Farroupilha no ano de 2008, estando sob esta instituição até hoje. (E4)

E5- Alguma coisa, porém, acho que deveria ser mais divulgada como era a estrutura física e funcional do campus antes de ser Instituto Federal, para a comunidade ter um parâmetro para comparação. (E5)

Na Categoria I (E) **Expectativa Acadêmica e Profissional**, verificamos como os estudantes vislumbram sua carreira e o aprendizado de formação profissional. De acordo com Almeida et al. (2012) as expectativas acadêmicas e profissionais tem impacto nos construtos de desempenho acadêmico. Estudantes com maiores expectativas sobre o envolvimento curricular e vocacional têm seu desempenho aumentado. O autor enfatiza que existem correlações entre habilidades sociais e expectativas acadêmicas. Nesse sentido os alunos destacaram suas expectativas em relação ao curso escolhido no IFFAr - SVS. Destacamos algumas respostas a seguir:

Espero adquirir todos os conhecimentos oferecidos pelos profissionais do campus, aproveitando os setores e espaços de disponibilizados para ensino (E1); Tanto no ensino médio quando na graduação tive boas expectativas (E2).

Além disso, alguns sujeitos destacaram a qualidade de cursos e a possibilidade de integração de conhecimentos com o cotidiano.

O curso obteve nota 5 em avaliação no ano de 2019 no Enade, portanto espero obter conhecimento sólido e ao mesmo tempo atualizado na área a que o curso se propõe, e isso me auxiliará a desempenhar minhas funções de trabalho com mais eficiência e conhecimento, podendo atender melhor o público com o qual trabalho.(E3)

Eu gosto muito do curso de Bacharelado em Administração, porém sinto falta de disciplinas que envolvam a área rural, minha expectativa é colocar em prática o conhecimento adquirido. (E4)

O curso me trouxe diversos saberes e vivências importantes para minha vida acadêmica, profissional e também levando elas para a vida cotidiana. Fazendo pensarem analisar sobre diversas situações do mundo e de como podemos resolvê-las/melhorá-las. (E5).

Percebemos a importância da formação acadêmica tanto para a profissão, quanto em vivência pessoal, conforme destacado pelo estudante E5. Além disso ressaltam nota do ENADE, demonstrando assim que o curso atinge seu propósito acadêmico formativo. Outro destaque foi do estudante E2 quanto ao ensino médio e graduação. Ressaltamos aqui, que o “ensino médio” no IFFar-SVS é um ensino com currículo integrado, diferente das demais instituições. Apresenta formação com possibilidade de integração entre formação geral e técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é “condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 45). A seguir apresentamos os resultados dos questionários dos alunos.

O resultado obtido a partir das respostas, mostra que os alunos que responderam o questionário, tem como ponto comum, que o Campus São Vicente do Sul, foi um referencial em suas vidas, a partir de seu ingresso na instituição, e que também, os cursos oferecidos vão de encontro ao que eles procuravam em termos de formação intelectual e cidadã. Aliado a isso os participantes do questionário, mencionaram que o Campus São Vicente do Sul, trouxe para o município uma movimentação maior de pessoas, novos estabelecimentos comerciais e inclusive um aumento da planta urbana da cidade, que até bem pouco tempo atrás, tinha como atividades econômicas a pecuária e a agricultura.

As transformações que ocorreram na instituição, foram desde o início de sua trajetória como Escola Agrícola, até se tornar um Campus do Instituto Federal Farroupilha. Assim,, o município de São Vicente do Sul , passa areceber um maior número de estudantes, não só da região, como também de outros estados, quemovimentam o comércio da cidade, a prestação de serviços, aluguéis, etc.

Destacamos a resposta do participante E5, a qual chamou atenção no seguinte:

O curso me trouxe diversos saberes e vivências importantes para minha vida acadêmica, profissional e também levando elas para a vida cotidiana. Fazendo pensar e analisar sobre diversas situaçõesdo mundo e de como podemos resolve- las/melhora-las.

Essa resposta nos leva a realmente acreditar na educação pública, de qualidade e gratuita, assim, nesta fala, vale destacar Pacheco (2010):

Portanto, é na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos Federais assumem o papel deagentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais (Pacheco, 2010 , pág. 17).

A presença dos Institutos Federais, é sem dúvida uma referência nas regiões onde estão localizados, pois proporcionam uma nova perspectiva, que se traduz em novos horizontes para o conhecimento intelectual e de formação cidadã, sempre direcionando as ações para o bem comum das comunidades onde estão inseridos.

Prosseguimos apresentando a Categoria II (S) **Contribuições da instituição para a vida profissional**, mostrou foco de atenção em uma das etapas da ATD, a categorização *a priori*. Assim, para colaborar com a formulação das questões, Gondin (2002) traz uma afirmação, sobre a importância das instituições de ensino acadêmico, como contribuintes específicas para o desenvolvimento profissional e formação da mão-de-obra qualificada de um individuo, requalificando a força de trabalho já inserida no mercado, como também auxiliando no melhoramento de atividades produtivas. O questionário foi composto de 2 questões para os servidores. A primeira questão envolve as contribuições do IFFar - SVS para sua vida profissional. Assim, destacamos:

Foram várias contribuições, principalmente capacitações na área de licitações e contratos, além disso tive a oportunidade de formação com tecnólogo em gestão pública no campus onde estou lotado desde novembro de 2013. A experiência na administração pública federal me deu uma visão muito ampla da instituição, com conhecimento básico em quase todas as áreas ligadas a administração (patrimônio, contabilidade, almoxarifado, licitações, contratos, sistemas...), além da formação como cidadão consciente. (S1)

Oportunizou espaços para qualificação, capacitação, incentivos a desenvolver e participar de projetos, licenças e auxílios, contribuindo com minha formação profissional e pessoal. Além disso, busca envolver os servidores em ações internas e externas a Instituição, valorizando o seu trabalho e promovendo estímulo a sua qualificação. (S2).

Os servidores S1 e S2 destacam a importância do IFFar -SVS na sua vida profissional, na área da gestão, ligadas a administração de bem público. Neste sentido, as respostas apresentadas corroboram com a identidade dos IFs, ou seja, de proporcionar uma educação democrática participativa. Fundamentada na formação integral do cidadão. Segundo, Freire (1996, p. 119) “ninguém é autônomo primeiro, para depois decidir. É decidindo que se aprende a decidir.”

Para tanto, é necessário que a IES oportunize momentos que possibilitem essa vivência para os servidores, tanto nos aspectos de gestão como na formação, mencionado nas respostas, afirmando-os assim como protagonistas do processo educativo. Assim, a fala do servidor (3) (4):

Minha vida profissional, praticamente se fez dentro do campus SVS...antes de ingressar no serviço público, trabalhei 11 meses na iniciativa privada. Em 1995, ingressei na antiga Escola Agro Técnica Federal de São Vicente do Sul, como TAE/cargo de nível Médio (Telefonista). Acompanhei a transformação de EAF para CEFET em 2005, e em 2009 de CEFET para Instituto Federal Farroupilha. Nesses 28 anos de instituição, graduei-me em Administração, fiz especialização e mestrado. Em 2011, através de um novo concurso público, ingressei para um novo cargo de nível superior, como Administradora. Portanto a instituição contribui muito para o meu crescimento pessoal e profissional(S3).

Muito importante, pois quando entrei no Iffar em 2016, eu não tinha noção de quanto esta Instituição (Iffar) seria tão decisiva na minha vida, pois aqui convivo com alunos que serão o futuro do país, e com grandes servidores, que colaboram para uma maior educação de nossos jovens(S4).

É possível reconhecermos aqui, a importância que a instituição possui na vida profissional dos servidores, possibilitando aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, destacamos a pertinência do conhecimento do campus por parte de todos, reconhecendo as possibilidades que este lugar apresenta, bem como os desafios de ir melhorando suas práticas educativas.

Na Categoria II (S) **Influência do campus na cidade e região e aspectos sociais e econômicos mais relevantes dessa influência**, mostrou foco de atenção em uma das etapas da ATD, a categorização *a priori*. Esta categoria foi embasada na afirmação de Baumgartner (2015, p. 92), na qual destaca que o dinamismo da reprodução do capital, estão alicerçadas nascidades universitárias, nas quais, são, “agentes da (re)estruturação urbana e das cidades torna-se importante, tanto em razão do volume de recursos financeiros movimentados, quanto pela modificação de dinâmicas intraurbanas”.

Abaixo, apresentamos algumas respostas:

Projetos com produtores da região e o comercio em geral mercado, farmácia taxi e lazer. o campus propicia o crescimento e a formação de cidadãos críticos, para além da educação formal, além de qualificar e incentivar os alunos. Além disso é visível a participação do campus no desenvolvimento regional. (S1)

Percebo uma influência no espaço urbano, uma vez que novos empreendimentos surgem na cidade por causa do Campus, proporcionando melhoria na infraestrutura onde o Campus se instala. Percebo também que o Campus é ou torna-se referência de ensino, já que é público, gratuito e de qualidade, e que gera impactopositivo na cidade e região. Percebo que a cidade recebe novos moradores em virtude do Campus impulsionando também a economia da cidade. Além disso, forma profissionais qualificados para o mercado de trabalho local e regional. (S2)

Bastante influência, principalmente na cidade, pois alavanca a economia local, no aspecto social, através de parcerias e projetos e econômico, porque gera renda e emprego. Regional, porque tem várias atividades que o campus tem em parceria com órgãos da região, como secretarias de educação, Emater, bancos, prefeituras, entre outros. No dia 17 de novembro, o campus estará fazendo 69 anos, com reconhecimento não somente no município, como na região, estado e até fora do RS, pois temos egressos espalhados por vários estados brasileiros e até fora do país.(S3)

O IFFar está à frente da maioria das Instituições de ensino, mas acho que as Prefeituras da região poderiam pagar o transporte, e dessa maneira facilitaria para mais alunos carentes ingressarem na instituição.(S4)

Os servidores que responderam ao questionário, enfatizaram que a instituição colaborou para mudanças na cidade, principalmente a partir da transformação de Escola Agrícola para Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul.

Assim, novos cursos foram oferecidos, novos prédios institucionais e novos cargos de professores e de técnicos administrativos, dando assim um incremento no espaço urbano, novos estabelecimentos comerciais, um maior número de pessoas circulando pela cidade, e com isso resultando em um incremento na economia do município, extraio a resposta do servidor S2:

Percebo uma influência no espaço urbano, uma vez que novos empreendimentos surgem na cidade por causa do Campus, proporcionando melhoria na infraestrutura onde o Campus se instala. Percebo também que o Campus é ou torna-se uma referência de ensino, já que é público, gratuito e de qualidade, e que gera um impacto positivo na cidade e região. Percebo que a cidade recebe novos moradores em virtude do Campus impulsionando também a economia da cidade. Além disso, forma profissionais qualificados para o mercado de trabalho local e regional.

Na Categoria III (C), **Lembrança da implantação do Instituto Federal Farroupilha e Memória descritiva da instituição**, mostrou foco de atenção em uma das etapas da ATD, a categorização *a priori*.

Para embasar essas questões, Hartog (2013, p. 37) norteou a formulação, pois destaca que o valor atribuído ao patrimônio, sobre a perspectiva de manifestação da memória, enquanto símbolos de uma região, precisam ser explorados no contexto histórico e protegidos em “um inventário dos lugares onde ela (a história) se encarnou”, perpetuando as informações históricas para as gerações futuras e trazendo o entendimento em seu próprio tempo.

A trajetória histórica de uma instituição, em se tratando de patrimônio, o mesmo desperta curiosidade pelos lugares onde a memória se forma, segundo Pierre Nora (1993, p. 7) deve-se atentar para a existência de “locais de memória”, como também “(...) há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Nora (1993) e Fonseca (2005) concordam que a memória nada mais é do que a imagem vívida do momento passado ou presente.

Na Categoria III (C), Percepção significativa de ter uma instituição de ensino técnico na cidade, mostrou foco de atenção em uma das etapas da ATD, a categorização *a priori*. Para embasar essa questão, sobre o atual momento do Instituto Federal Farroupilha, para Baumgartner (2015, p. 93), a presença de uma instituição de ensino técnico e/ou universitário, afetam as “dinâmicas urbanas e regionais de cidades médias e pequenas, dentro de uma estratégia estatal de promoção do desenvolvimento urbano e regional”.

Assim, um dos elementos formadores da estruturação de uma cidade e de uma região, com a presença de uma instituição de ensino, são ícones análogos da interação do presente com o passado, da memória de como a cidade era, e como se tornou, tanto no aspecto social quanto econômico, propiciando formações identitárias de um povo, como podemos visualizar na resposta abaixo:

Por ser natural de Santa Maria, lembro quando se comentava da criação de um colégio agrícola para expansão da região. Instituição gera renda para o município com alunose verbas federais. Também proporciona crescimento social com todos seus cursos. Particularmente conheço algumas instalações, a população fala muito bem do IFF, comentando que movimentou muito a cidade após sua criação O campus é muito importante, em todos os seguimentos, oferecendo crescimento social, movimentando o comércio local, gerando renda, habitação, trazendo recursos de verbas para nosso município.(C1)

Outros sujeitos da comunidade que participaram da pesquisa, destacaram que o campus age:

(...) melhorando o desenvolvimento da região Sul. Não tenho dúvida da grande importância tanto econômica como formação de profissionais (C2); Sim, proporciona para nós vicentencesuma oportunidade única (C3).

Cabe aqui esclarecer que apesar de ter enviado o questionário para um maior número de pessoas, nos quais foram enviados 10, e apenas 3 pessoas responderam e de forma bem sucinta, enfatizando que a presença do Campus trouxe uma maior movimentação na cidade, refletindo diretamente no comércio, onde os estudantes, servidores e também colaboradores terceirizados, em torno de 25 pessoas ligadas a empresas da cidade e da região, ou seja, em um município pequeno, isso torna-se essencial para que se tenha uma perspectiva de trabalho.

Segundo o professor Pacheco (2010):

É essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões. A razão de ser dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu locus; à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico político-cultural de sua região de abrangência (Pacheco, 2010. 2, pág. 8).

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O contexto social, vivenciado atualmente, está passando por transformações em várias esferas, e o sistema educacional está, aos poucos, se moldando para acompanhar esta gigantesca onda de inovação e novos conhecimentos, bem como a ampliação de horizontes, assim, o produto educacional tem a pretensão de contribuir e tornar viável o desenvolvimento humano, em todos os quesitos.

Foi utilizada a análise iconográfica para traçar o produto educacional, nas visitas *in loco* ao Campus, sobre registros fotográficos, pela análise de fotografias, que foram concedidas pela instituição e por pessoas da comunidade. Para se ter maior segurança de como tratar a fotografia como fonte histórica, deve-se valer de Boris Kossoy quando diz que:

(...) toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/ tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e sua expressão (o registro visual nele contido), constituem uma fonte histórica (KOSSOY, 2012, p. 47-48).

Tendo como base a filosofia da instituição que sempre busca oferecer um ensino de qualidade com pluralidade e transparência, o produto educacional criado e possivelmente adotado pela instituição, pretende ocupar uma lacuna existente na página institucional do Campus, com informações a respeito da trajetória da instituição ao longo de sua existência, pois existem algumas fontes tradicionais que mostram a história da instituição, mas de forma escrita, porém de difícil acesso. Minha proposta é de criar esta possibilidade de acesso à história da instituição através de recursos modernos e intuitivos, onde as informações sobre o campus estarão disponibilizadas de forma dinâmica e com clareza.

O produto educacional está abastecido com os dados coletados no decorrer da pesquisa sendo no formato de uma “Linha do Tempo do IFFar SVS”, com ilustrações e/ou imagens que deram ênfase a trajetória do Campus São Vicente do Sul ao longo de sua existência, e após sua validação, poderá ser inserido na página institucional do Campus São Vicente do Sul. O produto educacional vai proporcionar que a memória do Campus esteja preservada e disponível para todos que acessarem a página do IFFar – SVS, de maneira acessível e intuitiva, onde estarão disponibilizados os diversos materiais coletados na pesquisa.

A Cronologia do Campus São Vicente do Sul inicia-se em 1954, quando foi lançada a pedra fundamental da Escola de Iniciação Agrícola, dentro do percurso que o Ministério da Educação estabeleceu para as Escolas Agrícolas se transformarem em Institutos Federais com a plurifuncionalidade pedagógica, dentro do espaço IFFar – SVS, qual se expandiu, tornando-se uma instituição que oferece vários cursos técnicos e superiores.

Para elaboração e aplicação do Produto do Relatório de Mestrado, foi traçado um Roteiro utilizando Infográficos, na qual, segundo Módolo (2007), é definido como um conteúdo explicativo que une informações verbais e visuais, assim, optamos por elaborar a sequência história da trajetória e contribuições para a localidade e para os estudantes do Campus São Vicente do Sul, trazendo memória e história, abarcando o patrimônio histórico material do campus e o entorno, o objeto do estudo. O formato do Produto, utilizando infográficos, por meio de um Roteiro, pode ser apresentado: tipo de papel - couchê 200g; laminação - brilho; dobra - tipo carteira; disposta em frente e verso; tamanho 60x21cm, contudo, o formato que apresentamos será na forma digital.

O Roteiro de um percurso histórico, é visto como um método adequado para fazer uma distribuição ordeira e orientada, dos principais acontecimentos de um lugar, de uma personalidade ou de um patrimônio, dentro de uma Cidade e/ou Região, perfazendo uma área geográfica, podendo ser usado a terminologia de circuito (BRAMBATTI, 2002). Com o relato da sua trajetória histórica do campus IFFar – SVS, desde sua fundação, como sua construção e reformas estruturais e curriculares, trouxe para esse estudo uma demanda específica – História e Memória.

A construção de um Roteiro histórico, deve ser considerada como formas textuais estabilizadas, histórica e socialmente situadas. As fotografias apresentam funções sócio comunicativas específicas e, portanto, pode ser considerado um gênero textual. Para trazer uma análise discursiva com fotos, para compor o Roteiro, colabora, para esse desencadeamento, aspectos como a mundialização, massificação e descolonização interior. Ginzburg (1989), reflete como se deve proceder, nas investigações, coletas de dados e análise até chegar a uma narrativa e faz comparações entre quem está descrevendo o percurso histórico e outros “artífices”.

Nesse contexto, demonstrar através de fotos, o campus desde a sua fundação até os dias atuais, com o estabelecimento do IFFar – SVS e suas contribuições para a localidade do entorno, é refletir sobre as transformações da Região, sendo importante para trazer a memória coletiva, acontecimentos históricos na educação e no próprio Instituto.

Neste contexto, a elaboração de um infográfico, como material de divulgação, se caracteriza por trazer a memória, símbolos, quanto aos patrimônios de uma região, na qual, no contexto histórico, Hartog (2013, p. 37) enfatiza que: “deve-se perpetuar informações históricas para as gerações futuras, a fim de trazer o entendimento em seu próprio tempo”. Em se tratando da história e cultura o Roteiro Cultural, expondo fotografias de datas próximas as suas fundações e os dias atuais, segundo Rabelo et al. (2015, p. 11), “visa tornar determinadas temáticas atrativas ao público-alvo, contribuindo para o conhecimento e memória no âmbito científico e social”.

A produção e divulgação de um Roteiro histórico, de cunho paradidático, utilizando tecnologia digital (QRcod), código de barras bidimensional codificado com dados, mostrando um percurso histórico entre 1959-2023, para trazer informação acerca de questões históricas e curriculares impostas pelo Ministério da Educação, Cultura e Tecnologia, tendo como base os resultados de pesquisas realizadas *in loco*. Trata-se de um Roteiro sobre elementos que contam a história da Educação Agrotécnica no Brasil, sua construção e reconstrução, juntamente com as modificações e ajustes curriculares e pedagógicos, trazendo imagens iconográficas com fontes fornecidas pelo arquivo da instituição e com os registros do próprio autor.

Para a elaboração do Roteiro Cultural, os dados foram obtidos de uma análise qualitativa, na qual se fez pesquisas bibliográficas e iconográfica sobre a temática.

As ilustrações, paletas de cores, identidade e layout, foram elaboradas por um designer gráfico, trabalhando com elementos lúdicos e históricos IFFar – SVS. Para a diagramação foi utilizado um Programa editor de imagens, CANVA, plataforma digital, para a criação de imagens e vídeos animação, a partir de pixels.

Segue sequência ilustrativa da confecção do Roteiro Histórico por meio de infográficos, utilizando o Qrcod, que traz um percurso cronológico desde a fundação da Escola Agrícola até o estabelecimento do IFFar – SVS.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

IFFAR – Polo Campus Jaguari

**CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO CAMPUS SÃO
VICENTE DO SUL**



A partir da pesquisa realizada, podemos reconhecer que a instituição, apesar de ainda ter desafios, no sentido de aproximarmos da comunidade, vem cumprindo um papel importante na formação de profissionais com formação integral. Também vem auxiliando e contribuindo no aperfeiçoamento dos servidores. Acreditamos que isso pode ampliar e aprimorar o trabalho com os estudantes e comunidade em geral, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, defendemos que é fundamental conhecer a história da instituição, suas mudanças e desafios, pois acreditamos que isso pode aproximar as pessoas envolvidas no processo educativo, seja servidores, alunos ou comunidade, valorizando ainda mais o campus SVS, bem como a rede federal de educação profissional e tecnológica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica trazem uma relação de fundamentos científicos e cidadania que são pertinentes aos projetos desenvolvidos na instituição, repercutindo para além da formação, preparando o ex-estudante para ingressar no mercado de trabalho qualificado. Assim, percebe-se que os cursos de Educação Profissional Técnica têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais, de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 6/2012, Art. 5º).

Vale destacar que a referida Resolução descreve a relação dos Estudantes e Comunidade, para desenvolver competências que envolvam o processo de construção cidadã, sempre unidas as temáticas teóricas e científicas, que podem ser vivenciadas na sua trajetória pessoal e profissional. Assim, a organização dos saberes sociais está presente neste dispositivo legal e vincula a educação que acontece a instituição, a necessidade de proporcionar a todos os envolvidos, o contato com as questões sociais na localidade e a da valorização da subjetividade do desenvolvimento do município.

Outro ponto que deve-se ressaltar, é a contribuição do IFFar, ao longo dos quase 65 anos, em apreciar o pluralismo de ideias e concepções, sobre trabalhar através de projetos curriculares e pedagógicos.

Assim, a pluralidade traz a oportunidade de expressão para os estudantes e envolve questões políticas e sociais a serem abordadas como problemáticas relevantes, trabalhadas nas pesquisas realizadas, trazendo formação e capacitação no material humano para serem atores do desenvolvimento socioeconômico da Cidade.

As habilidades e formações desenvolvidas no capital humano em formação, beneficia o próprio município, reafirmando as práticas sociais atreladas a essa diversidade de entendimento e conhecimento, considerados pertinentes às ideias produzidos durante a formação no IFFar-SVS.

De acordo com o Art.3º, LDB - 9394/96, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; X - valorização da experiência extraescolar”. Assim, a compreensão e o diálogo contextualizado faz parte do currículo que deve ser desenvolvido com os estudantes de nível profissional/médio, na pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos para formar mão de obra capacidade no município.

As inovações ofertadas no IFFar-SVS, também são garantias no documento da resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, por isso as ações metodológicas e pedagógica da inovação educacional estão diretamente ligadas ao desenvolvimento local, pois correlaciona as potencialidades e as habilidades dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município.

O desenvolvimento de competências, dentro das grades curriculares do IFFar-SVS, ofertados em diversos cursos técnicos e superior, que serão exigidas no mercado de trabalho, deve ser construído no ambiente acadêmico, levando em consideração as questões sociais e a utilização de redes para o desenvolvimento de projetos pedagógicos que incluam a comunidade local, interferindo diretamente no desenvolvimento socioeconômico da Região aonde está inserida a Instituição de Ensino.

Nesse rumo as respostas do questionário confirmaram que a presença do Campus traz para a cidade, movimentação financeira, crescimento social e com isso, trazendo recursos para o município através de impostos e aliado a isso, a formação de profissionais que poderão atuar na região e em outras localidades do país, este é o propósito da criação dos Institutos Federais pelo país, que além da formação intelectual, trazem em sua esteira o desenvolvimento mais importante que se pode computar, que é o desenvolvimento da cidadania e também desenvolvimento econômico do local onde está instalado.

No entanto, também reiteramos que é preciso estreitar as relações com a comunidade na qual o campus está inserido, pois assim, a instituição cumprirá ainda mais seu papel, possibilitando a formação integral e fazendo com que esta comunidade se sinta pertencente e defenda os pressupostos do IFFar.

Assim, a coletânea das respostas dos grupos aqui selecionados, (A) (S) (C), a partir do levantamento da entrevista aplicada, em relação a importância do campus SVS ao longo dos quase 65 anos, às atividades a nível técnico e superior, executadas no desenvolvimento dos projetos pedagógicos, do Ensino Técnico Federal, possibilitou verificar as percepções e compreensões dos mesmos diante das atividades desenvolvidas e contribuições para o município, trazendo soluções as problemáticas sociais do entorno do campus.

Com relação à percepção dos grupos entrevistados, quanto à contribuição social das ações pedagógicas, curriculares e as expansões do campus, a formação profissional e pessoal dos mesmos, apontaram uma contribuição em suas competências e habilidades pessoais e laborais. Esses mesmo entrevistados, de maneira congruente, relataram uma colaboração de solução na problemática trabalhada com a comunidade através do crescimento do campus SVS.

Na formação profissional os estudantes relatam a importância da aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala na prática e a possibilidade de ter uma visão da realidade do cotidiano profissional, eles ainda relatam que situações semelhantes de dificuldades que possam surgir, eles saibam mediar por ter tido a experiência na vivência dentro da sua formação técnica e/ou acadêmica.

Já o relato na formação pessoal, percebemos o estímulo dado aos educandos para realizar práticas com as ações sociais que certamente contribuiu na formação de sujeitos atuantes, contribuindo para o município, com uma consciência da realidade do local em que está inserido, mas principalmente na sobre formação da sua consciência cidadã.

Os grupos entrevistados, em comum, reconhecem a importância do IFFar como relevante interferente no desenvolvimento do município desde a sua fundação, contribuindo para o melhoramento da expansão comercial, industrial e agrícola e principalmente transformação social, segundo relato dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; COSTA, A. R.; ALVES, F.; GONÇALVES, P.; ARAÚJO, A. Expectativas acadêmicas dos alunos do ensino superior: Construção e validação de uma escala de avaliação. **Revista Psicologia, Educação e Cultura**, 2012. Disponível em: hdl.handle.net/10400.22/2356. Acesso em dezembro de 2023.

ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação Em Questão**. 2015.

BARROS, J. D'A. Teoria e metodologia: algumas distinções fundamentais entre as duas dimensões, no âmbito das ciências sociais e humanas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, p. 273–289, 2013.

BAUMGARTNER, W. H. **Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica**. Universidade Federal da Bahia (UFBA). GeoTextos, vol. 11, n. 1, julho 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/12013-Texto%20do%20Artigo-43806-1-10-20150710.pdf>. Acesso em dezembro de 2023.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORGES, M. C.; DALBERIO, O. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 5, n. 43, p. 1–10, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Perguntas frequentes/Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogos-nacionais-de-cursos-tecnicos/perguntas-frequentes-catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos>. Acesso em dezembro de 2023.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos estados da República escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p.450-452, 1913.

BRASIL. Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911. **Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices**. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 341-347, 1914a.

BRASIL. Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918. **Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices**. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 607-614, 1919.

BRASIL. Decreto n. 19.444, de 1º de dezembro de 1930. **Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública**. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 53-55, 1931.



- BURKE, P. **Como confiar em fotografias**. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200105.htm>. Acesso em janeiro de 2024.
- CAMPOS, M. M. Para que serve a pesquisa em educação? **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 269–283, 2009.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciência humanas e sociais**. SP, Cortez, 2006.
- CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, 3(3). 2005.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em julho de 2023.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em julho de 2023.
- DEL-MASSO, M. C. S. **Metodologia do Trabalho Científico**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012.
- DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- FREIRE, E.; Batista, S. S. dos S. **Tecnologia e formação docente para Educação Profissional e Tecnológica: desafios dos Mestrados Profissionais em Educação**. 42(3), 669–688. 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, G. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.
- GONDIN, S. M. G. **Perfil profissional e mercado de trabalho: Relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários**. Estudos de Psicologia, 2002.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 4 Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.
- GATTI, B. A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 25–35, 2006.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre- Artmed, 2005.
- IBIAPINA, I. M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Ed. Liber Livro, 2008.
- KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê editorial, 2012.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte, MG; Porto Alegre, RS: UFMG; Artmed, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEODORO, M. P. **Problematizar e participar: elaboração do produto educacional no Mestrado Profissional em Ensino**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010, Ponta Grossa, PR. Anais Ponta Grossa, PR: [s.n.], 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ, A. M.; REY, F. G.; ROBERTO VALDÉZ PUENTES, R. V. (org). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde**. [Recurso eletrônico] - EDUFU, 2019. 233 p.: il. (Coleção Biblioteca Psicopedagogia e Didática. Serie Ensino Desenvolvimental; v. 7).

MARTINS, G. de A. **Manual Para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo, SP, 3ª Edição, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2.ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco. 1993.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MÓDOLO, C. M. **Infográficos: características, conceitos e princípios básicos**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2007, Juiz de Fora. **Anais [...]** Juiz de Fora: Intercom. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0586-1.pdf> Acesso em fevereiro de 2024.

MOURÃO, C. A., Jr.; Melo, L. B. R. Integração de três conceitos: Função executiva, memória de trabalho e aprendizado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 27(3), 309-314. 2011.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. 2010. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. Linhas Críticas. 2010.

PACHECO, E. M. **Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. Editora Moderna, São Paulo, 2012.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. – Natal: IFRN, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Entenda o que é Educação profissional e qual a sua importância.** 2023. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/educacao-profissional/>. Acesso em dezembro de 2023.

SILVA, M. da. **Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em julho de 2023.

VOLPATO, G. L. **Base teóricas para redação científica, porquê seu artigo foi negado?** Botucatu: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

VOLPATO, G. L. **Dicas para redação científica.** Botucatu: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

VOLPATO, G. L. **Método lógico para redação científica.** Botucatu: Best Writing, 2011.

VOLPATO, G. L. **O que é científico?** Botucatu: Edições Loyola, 2009

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

A amostra será constituída por 12 participantes: 04 (quatro) alunos regularmente matriculados no Campus São Vicente do Sul, 04 (quatro) Servidores lotados na instituição e 04 (quatro) membros da comunidade local da cidade de São Vicente do Sul. Os participantes da pesquisa serão escolhidos aleatoriamente e serão identificados como: alunos matriculados E1, E2, E3 e E4, servidores como S1, S2, S3 e S4 e membros da comunidade como M1, M2, M3 e M4.

Tópicos para entrevistar os alunos:

- 1- Como você teve acesso às informações, sobre o IFFAR – Campus – SVS e a oferta decursos para formação profissional?
- 2- Você sabe algo sobre a trajetória histórica do campus?
- 3- Qual a sua expectativa em relação ao curso escolhido?
- 4- Você acredita que o campus é importante para a cidade e região? Em que sentido?

Tópicos para entrevistar os servidores:

- 1- Para você, como é a atuação da instituição nestes tópicos abaixo:
- 2- Quais as contribuições da instituição para sua vida profissional?
- 3- Como você percebe a influência do campus na cidade e região? Que aspectos você destacaria? Por exemplo, social, econômico?

Tópicos para a comunidade em geral:

- 1- Você reside na cidade desde quando? Ano?
- 2- Lembra da implantação do Instituto federal Farroupilha? Pode falar um pouco sobre a instituição? O que você conhece dela?
- 3- Para você, o fato de ter uma instituição de ensino técnico proporciona algum tipo de melhora na cidade?
- 4- Você acredita que o campus é importante para o município e região?

Para Gil (2016, p.165), o cronograma de pesquisa corresponde apenas uma estimativa de tempo, por uma série de fatores imprevistos, os prazos podem deixar de ser observados. O respectivo cronograma foi elaborado, portanto numa ideia inicial de programação que poderá ser alterado em virtude de fatores que fuja a ordem prevista abaixo descrita.

Para o desenvolvimento da pesquisa serão seguidas as etapas conforme períodos descritos no cronograma abaixo, entre os anos de 2021 e 2024:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DA PESQUISA		
IDENTIFICAÇÃO DAS ETAPAS	INÍCIO	TÉRMINO
Disciplinas Obrigatórias e eletivas	17.06.2021	29.07.2022
Apresentação do Pré-Projeto	11.08.2022	12.08.2022
Elaboração Final do Projeto de Pesquisa	13.08.2022	30.09.2022
Submissão e Aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar	01.10.2022	24.10.2022
Elaboração do Estado da Arte	27.10.2022	02.12.2022
Revisão da literatura	03.12.2022	15.02.2023
Banca de Qualificação: apresentação e defesa do Projeto de Pesquisa	01.03.2023	31.03.2023
Ajustes aos apontamentos da Banca de Qualificação	01.04.2023	14.04.2023
Realização da Pesquisa: aplicação da entrevista semiestruturada para coleta de dados	17.04.2023	01.05.2023
Análise de dados da entrevista semiestruturada	02.05.2023	23.06.2023
Desenvolvimento do Produto Educacional	08.05.2023	02.07.2023
Redação de Artigo	24.06.2023	25.08.2023
Redação da Dissertação	24.06.2023	20.10.2023

Defesa da Dissertação e validação do Produto Educacional	23.10.2023	15.12.2023
Ajustes finais no documento da Dissertação	16.12.2023	15.02.2024

APÊNDICE C – ORÇAMENTO

Nº	Item	Valor R\$
01	Aquisição de livros	600,00
02	Xerox	480,00
03	Participação em eventos	500,00
04	Revisão gramatical e formatação da dissertação	600,00
05	Impressão e encadernação de documentos:	400,00
06	Produto educacional	1.200,00
Total		3.780,00

OBS.: Esse projeto não possui fomento Institucional.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista que servirá como subsídio para a pesquisa vinculada ao curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT – IFFar - *Campus Jaguari/RS* intitulada: CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL

O estudo adota a metodologia qualitativa e prevê a sua participação em uma entrevista realizada de maneira presencial, a qual será previamente agendada de acordo com a sua disponibilidade de horário e escolha do local considerado mais apropriado, tendo duração aproximada de uma hora. A entrevista será realizada pelo pesquisador e gravada com a utilização de smartphone ou outro instrumento que possibilite a gravação. Caso ocorra qualquer imprevisto em que você não tenha disponibilidade e prefira não participar de maneira presencial, a entrevista poderá ser realizada por meio da plataforma virtual Zoom, ou ainda, com o envio dos questionamentos através de endereço eletrônico de e-mail. Todos os dados coletados serão transcritos, com a devolutiva da transcrição para sua apreciação, antes da posterior análise por parte da pesquisadora.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e anônima. A sua identidade será preservada, pois cada participante será identificado pelo codinome E, S e M, seguido de uma sequência numérica. A qualquer momento poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa, bem como desistir de sua participação no estudo e retirar seu consentimento, sem sofrer nenhuma espécie de dano, penalidade ou constrangimento. Também não é obrigatório responder a todas as perguntas.

Você não será remunerado(a) pela participação na pesquisa. No entanto, as despesas que possa vir a ter por ocasião de sua participação, como locomoção e alimentação, serão ressarcidas. Em caso de eventual dano causado durante a pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos deste procedimento são de grau mínimo, de origem psicológica e/ou emocional. Entre eles, a possibilidade de constrangimento ou cansaço ao responder as perguntas, desconforto com gravações de áudio e vídeo, receio em não saber responder aos questionamentos, ou ainda, inquietude com sua eventual identificação e a consequente quebra no anonimato das informações fornecidas.

Caso seja necessário algum tipo de atendimento médico, psicológico ou de amparo emocional, você será encaminhado(a) para o serviço público de saúde mais próximo ou aquele que for de sua preferência, sendo de inteira responsabilidade da pesquisadora os danos e despesas decorrentes dos riscos previstos pela pesquisa.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão no sentido de contribuir como reconhecimento e o constante aprimoramento da educação profissional e tecnológica ofertada pelos institutos federais, através do relato de suas práticas educativas e das oportunidades profissionais alcançadas como egressos da Instituição. As informações colhidas durante as entrevistas serão elencadas no corpo da pesquisa, visando identificar as relações entre a comunidade e a Instituição.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão o pesquisador Sebastião Saraiva Neto, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), e a orientadora Prof^a Dra. Catiane Mazzoco Paniz. O projeto de pesquisa será apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Farroupilha.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome, em nenhum momento da apresentação pública dos dados. Informações adicionais poderão ser obtidas com o autor da pesquisa e/ou com a sua orientadora, através dos dados de contato disponibilizados abaixo. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o(a) participante da pesquisa.



Pesquisador Responsável: Sebastião Saraiva Neto

Endereço: Rua das Magnolias 117, Santa Maria RS CEP 97105170

Telefone: (55) 991624960

E-mail: sebastiao.saraiva@iffarroupilha.edu.br

Professora Orientadora: Dra. Catiane Mazzoco Paniz

Telefone: (55) 981239700

E-mail: catiane.paniz@iffarroupilha.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, nº 195, Bairro Nossa Senhora das Dores, Santa Maria/RS -

CEP:97050-685 - Fone/Fax: (55) 3218 9850 E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II, Brasília/DF- CEP:

70750-521 -Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

Sebastião Saraiva Neto

Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que estou ciente e suficientemente informado(a) sobre todos os procedimentos desta pesquisa, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao estudo e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Estou suficientemente informado(a) e esclarecido(a) que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer natureza. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar do estudo.

Nome por extenso: _____

Assinatura do(a) Entrevistado(a): _____

Local: _____

Data: _____ / _____ / _____



ANEXO B - USO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E VOZ

Eu, _____
_____, RG nº _____ e CPF nº _____,
pelo presente termoparticular de autorização de uso de
imagem e voz, autorizo o uso de minha imagem e voz, em decorrência da participação como
colaborador(a) em atividade da pesquisa intitulada: CONTRIBUIÇÕES,
HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO CAMPUS SÃO VICENTE DO
SUL, de autoria de Sebastião Saraiva Neto, mestrando do Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Farroupilha - *Campus*
Jaguari.

O autor da presente pesquisa se compromete a preservar a privacidade dos
colaboradores, garantindo o sigilo das informações e a identidade dos participantes. Os dados
serão coletados por meio de entrevista gravada com a utilização de smartphone ou outro
instrumento que possibilite a gravação. As informações gravadas serão utilizadas, única e
exclusivamente, para a execução da referida pesquisa.

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, em
caráter definitivo, irretratável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores
a qualquer título, a respeitarem os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

_____, _____ de _____ de 2023.

Entrevistado(a)

ANEXO C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO CAMPUSSÃO VICENTE DO SUL

Instituição: Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica(ProfEPT) Instituto Federal Farroupilha - *Campus Jaguari*

Pesquisador responsável: Sebastião Saraiva Neto

Endereço: Rua das Magnólias 117, Bairro Patronato Santa Maria RS CEP 97105170

Telefone para contato: (55) 991624960

Orientadora: Profª Dra. Catiane Mazzoco Paniz

O autor do presente projeto assume o compromisso de preservar a confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes envolvidos neste estudo, que serão coletadas por meio de entrevista de acordo com a disponibilidade de horário e local de cada participante.

Compromete-se, ainda, a utilizar estas informações, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente estudo e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas sob a responsabilidade do autor, armazenadas em Memória USB FlashDrive (Pendrive) por um período de cinco anos. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFFar.

Santa Maria, ____ de _____ de 2023.

Sebastião Saraiva Neto

Pesquisador Responsável



ANEXO D - CARTA DE APRESENTAÇÃO AO LOCAL DA PESQUISA

Ao Senhor,
Deivid Buttinger Dutra de Oliveira
Diretora Geral do Instituto Federal Farroupilha - *Campus São Vicente do Sul*
Assunto: Solicitação para realização de pesquisa

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito autorização, por meio deste documento, para a realização da pesquisa intitulada “CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL” sob orientação da Professora Dra. Catiane Mazzoco Paniz. A pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfePT), na linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e tem como objetivo: Analisar a cronologia histórica do Campus São Vicente do Sul, em sua trajetória de constituição formativa e educacional, as quais foram demarcadas com significativas transformações estruturais e legais. Essas mudanças, desde a sua origem, sempre estiveram ligadas à qualidade do ensino ofertado e ao empenho de toda a comunidade escolar, tornando-se, assim, uma instituição referência para a região.

O estudo adotará a metodologia qualitativa através de estudo de caso. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas, organizadas conforme a disponibilidade de horário e local dos participantes, de maneira presencial e com duração aproximada de uma hora. A entrevista será gravada, seguida de transcrição e posterior análise dos dados. Todos os gastos necessários à realização da pesquisa serão assumidos pelo pesquisador.

Finalizada a investigação e o trabalho de análise das informações coletadas, se dará a criação de um produto educacional, visando contribuir com a preservação da memória da Instituição. O referido produto será voltado para a comunidade acadêmica e da região, como também aos futuros ingressantes e a comunidade em geral. As conclusões da pesquisa serão disponibilizadas aos participantes e a comunidade acadêmica, buscando colaborar com o desenvolvimento profissional, científico, tecnológico e educacional ofertado pelos Institutos Federais.

O projeto de pesquisa será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Farroupilha. Sua concretização estará condicionada à aprovação do referido comitê, resguardando, desta forma, as exigências legais e éticas necessárias para a realização da pesquisa. Será garantida a preservação da identidade dos participantes, bem como a confidencialidade das informações fornecidas por eles.

Atenciosamente,

Santa Maria/RS, 10 de setembro de 2023.

Sebastião Saraiva Neto

Pesquisador Responsável

Mestrando do Programa de Pós-Graduação (ProfEPT)

10/08/2023, 14:48

sig.iffarroupilha.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=532619



CARTA DE ACEITE Nº 117 / 2023 - PRPPGI (11.01.01.44.19)

Nº do Protocolo: 23243.005164/2023-71

Santa Maria-RS, 10 de agosto de 2023.

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que tenho conhecimento da realização da pesquisa para a elaboração da dissertação/tese do(a) pesquisador(a) **SEBASTIÃO SARAIVA NETO**, intitulada "**CONTRIBUIÇÕES, HISTORICIDADE E MEMÓRIAS DO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**", sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a). **CATIANE MAZOCCO PANIZ**, vinculado(a) ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, do(a) INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a trajetória do Campus Iffar - SVS, suas diferentes fases e transformações e suas contribuições para a comunidade local e regional.

Tendo conhecimento e ciência de que passará pelos trâmites e só iniciará após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, **AUTORIZO** a realização do referido projeto.

(Assinado digitalmente em 10/08/2023 14:48)
ARTHUR PEREIRA FRANTZ
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PRPPGI (11.01.01.44.19)
Matrícula: 1756640

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 117, ano: 2023, tipo:
CARTA DE ACEITE, data de emissão: 10/08/2023 e o código de verificação: ca8e17ae77